

Na SBPC, Lula aponta diretrizes: “Investir na ciência, educação e defesa é prioridade total”

‘Podemos construir uma nação desenvolvida e que ocupe seu lugar no mundo’

Os “recursos para viabilizar um grande projeto de Ciência e Tecnologia para o país não podem ficar restritos aos limites do arcabouço fiscal, afirmou o presidente Lula, na 78ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada na terça-feira (28), em Niterói, Rio de Janeiro. “Temos que buscar esses recursos”, acrescentou. Lula fez um balanço de seu trabalho na área, destacou o crescimento do número de estudantes universitários no país e frisou a necessidade de investimentos cada vez maiores em Ciência e Tecnologia. **Pág. 3**

HORA DO POVO

ANO XXXVI - Nº 4.059 29 de Julho a 4 de Agosto de 2026

★

★

★

★

★



O presidente Lula discursa na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Niterói (RJ)

“Ofensas de Milei ao Brasil foram sem precedentes, grosseiras e inaceitáveis”, afirma chanceler

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, considerou que foram “graves e muito mal recebidos” os ataques do presidente da Argentina, Javier Milei, contra o presidente Lula e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). “Precisamos de explicações do governo argentino do porquê”, assinalou. **Pág. 3**

1

REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Trump agride de novo o Brasil e tenta acudir sua facção de traíras



A fábrica da Avibrás em Jacareí (SP), estratégica para a indústria da defesa, recebeu a visita do presidente

Retomada da Avibrás é momento histórico para soberania nacional

O professor da Escola Superior de Guerra (ESG), Ronaldo Carmona, considerou que a retomada da Avibrás com investimentos do governo Lula representa “um grande dia” após “anos de crise e ameaça de desnacionalização”. Carmona esteve com o presidente Lula e a ministra Luciana Santos, da Ciência e Tecnologia na fábrica da Avibrás em Jacareí (SP), onde foi realizada uma cerimônia, no dia 24, celebrando a retomada da produção. “Quero as FFAA bem preparadas do ponto de vista do poderio, de armamento, de conhecimento científico e tecnológico, para que a gente possa andar de cabeça erguida”, destacou Lula, enfatizando que “não vamos esperar uma agressão para só depois investir em defesa”. **P.2**

A decisão anunciada por de prorrogar por mais um ano a ordem executiva assinada contra o Brasil, com base na chamada Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional, acabou de desmascarar o caráter político de seus tarifas. Em intromissão descabida, o troglodita prorroga tarifas ilegais e diz que Justiça brasileira não pode punir criminosos. Ataques refletem debacle de seus apani- guados. **Página 3**

Inflação diminui e a pressão por queda acentuada do juro aumenta

Prévia da inflação em julho foi de 0,06%, praticamente zero. Alimentação em domicílio caiu 1,14% e combustíveis recuaram 0,90%. Com isso, o juro real (juro menos a inflação) subiu e aumentou a pressão para o Copom reduzir de verdade a absurda taxa de juro do país. **Pág. 2**

Paes lidera no RJ em todos cenários

A Pesquisa Quaest divulgada na segunda-feira (27) para o Rio de Janeiro mostra o ex-prefeito da capital fluminense, Eduardo Paes (PSD), com até 42% das intenções de voto em diferentes cenários de 1º turno para governador. **P. 4**

Simone: “As mulheres definirão o futuro do Brasil”

Qual é o programa de Lula 4.0?

“Lula é o único em condições de definir uma mudança em aspectos essenciais da política econômica de seu governo”

PAULO KLIASS*

Estamos a pouco mais de 9 semanas para a realização do primeiro turno das eleições presidenciais. As trapalhadas e os equívocos que têm se manifestado no campo de Flávio Bolsonaro felizmente contribuem para que a campanha pela reeleição de Lula se consolide cada vez mais junto ao eleitorado. Pouco a pouco os índices de desaprovção do governo têm cedido e as pesquisas de opinião revelam que a maioria da população tende a concordar com mais um mandato do atual Presidente à frente do Palácio do Planalto.

Os escândalos envolvendo a família Bolsonaro no caso Master, as divergências entre o filho candidato e sua madrastra, as ações sabotadoras do Brasil perpetradas pelo outro filho junto ao governo Trump e outros escândalos mais recentes parecem ter colocado uma pá de cal nas pretensões do clá em retornar ao poder no plano federal. Além disso, esse quadro tem ampliado as dificuldades de Flávio Bolsonaro em angariar apoio no interior das elites empresariais.

No entanto, tal cenário mais favorável a Lula contrasta com o silêncio do candidato no que diz respeito a qual seria o desenho do seu programa de governo para um provável quarto mandato. Ao contrário do que ocorreu ao longo da campanha eleitoral de 2022, não há manifestações cristalinas quanto ao que deverão ser os eixos de seus próximos quatro anos à frente do governo em Brasília. Quando se apresentava como oposição a Bolsonaro, Lula havia prometido acabar com o teto de gastos, reestatizar as refinarias da Petrobrás e BR Distribuidora que haviam sido privatizadas e não autorizar a privatização dos metrô de Recife e Porto Alegre. Como se sabe, nada disso foi cumprido até momento.

O QUE FAZER NO QUARTO MANDATO?

Na conjuntura atual, a estratégia adotada por Lula parece ser a de priorizar a defesa de seu terceiro mandato e não se envolver em debates quanto aos rumos a adotar para um eventual (e necessário) quarto período. A coordenação da campanha não tem se manifestado a esse respeito e os temas da economia, por exemplo, têm sido expressos por meio do atual ocupante do Ministério da Fazenda, que substituiu Fernando Haddad. Dario Durigan tem se declarado a favor de um maior rigor na condução da austeridade fiscal e já aponta para alguns esboços daquilo que deveria ser a linha mestra do governo a partir de 2027.

No entanto, o coordenador da equipe de coordenação do programa do futuro governo de Lula revelou preferências que destoam do pacote de inspiração neoliberal adotado até o presente momento ao longo do terceiro mandato. Em reunião com integrantes do mercado financeiro, José Sérgio Gabrielli defendeu medidas que podem ser consideradas um tanto heterodoxas. Além de enfatizar a necessidade de manter a política de reajuste real do salário-mínimo e ampliar a tributação sobre as rendas elevadas, o ex-Presidente da Petrobrás mencionou outras propostas para enfrentar o crescimento dos preços:

(...) “o combate à inflação não deve depender exclusivamente da política monetária, mas também de medidas como o aumento da concorrência bancária por meio do fortalecimento dos bancos públicos, formação de estoques reguladores de alimentos e instrumentos para reduzir a volatilidade cambial, incluindo a possibilidade de controle de capitais. “ (...) [GN]

A DISPUTA ENTRE O DESENVOLVIMENTO E A ORTODOXIA NEOLIBERAL

Tendo em vista a flagrante contradição de tais proposições com a essência daquilo que vem sendo a implementação da política econômica desde o início de 2023, o Presidente do PT veio a público para desmentir essas opções apresentadas por Gabrielli, afirmando que os aspectos econômicos do programa estarão sob a responsabilidade dos atuais dirigentes do Ministério da Fazenda. Esta preocupação em atender aos interesses da Faria Lima e do financismo tem sido a tônica das manifestações de Dario Durigan. Ele tem repetido ad nauseam o compromisso deste governo e do próximo com as políticas de austeridade fiscal. Isto significa a manutenção do Novo Arcabouço Fiscal e o endurecimento das metas de superávit primário.

Continua: <https://horadopovo.com.br/qual-e-o-programa-de-lula-4-0-por-paulo-kliass/>

*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

Inflação desacelera e aumenta a pressão por queda maior dos juros



Preço dos alimentos cai, mas conta de luz pesa no bolso do brasileiro



Ronaldo Carmona com o presidente Lula e a ministra Luciana Santos Retomada da Avibrás é momento histórico para a soberania nacional, afirma Carmona

“Um grande dia para nosso país”, diz professor da Escola Superior de Guerra (ESG)

O professor da Escola Superior de Guerra (ESG) Ronaldo Carmona disse que a retomada da Avibrás com investimentos do governo Lula representa “um grande dia” após “anos de crise e ameaça de desnacionalização”. Nesta sexta-feira (24), Carmona esteve com o presidente Lula e a ministra Luciana Santos, da Ciência e Tecnologia, e outras autoridades na fábrica da Avibrás em Jacareí (SP), onde foi realizada uma cerimônia que celebrou a retomada da produção. “Um grande dia para nosso país, com a cerimônia que marca a retomada da Avibrás, após anos de crise e ameaça de desnacionalização”, escreveu o especialista em geopolítica em suas redes sociais. Para ele, a visita simbolizou um “momento histórico para a soberania nacional”. A Avibrás é uma empresa nacional de desenvolvimento e produção de alta tecnologia em Defesa e sistemas espaciais, como

mísseis e foguetes, que ficou quatro anos sem produzir por uma grave crise financeira. Nesse cenário, a empresa esteve perto de ser desnacionalizada, isto é, vendida para estrangeiros. Após uma campanha nacional, a empresa conseguiu um investimento privado de R\$ 300 milhões e irá receber outros R\$ 300 milhões do setor público visando sua reestruturação e retomada da produção. O governo federal vai ampliar contratos por meio do Ministério da Defesa. Na visita, o presidente Lula afirmou que o Brasil vai investir no setor de Defesa para garantir sua soberania, mas também para que o país possa vender internacionalmente. Ele disse que quer as Forças Armadas “bem preparadas do ponto de vista do poderio, de armamento, de conhecimento científico e tecnológico, para que a gente possa andar de cabeça erguida. Sem nenhuma arrogância, falando em paz,

mas preparado para não deixar ninguém meter o nariz nesse país”. Também participaram da cerimônia o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e o ministro da Defesa, José Múcio, além de autoridades militares. Alckmin destacou que a reabertura da Avibrás “permite contratar 480 colaboradores e a tendência dela é de crescer”. “A Avibrás, voltando a crescer, reabre uma outra fábrica em Lorena, onde fabrica os insumos para o combustível dos foguetes, mísseis e lançadores”. “É uma indústria estratégica. O Brasil, em produtos de defesa em 2022, exportou US\$ 600 milhões. No ano passado [foram] US\$ 3,4 bilhões, aumentou cinco vezes a exportação brasileira. A Avibras tem tudo para retomar [o crescimento] e é muito importante para o Brasil ter uma defesa com tecnologia, capacidade de persuasão, isso é importantíssimo para o país, para o desenvolvimento do Brasil”, completou.

Parasitas do Focus seguem instigando o BC a manter o maior juro real do planeta

Banqueiros projetam inflação mais baixa e mantém Selic em 14% no final de 2026

Os bancos e demais rentistas mantiveram suas estimativas de 14% para a taxa Selic, taxa de juros básicos da economia, ao final de 2026, pela quinta semana seguida, no Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central nesta segunda-feira (27). Enquanto isso a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), por eles projetada, teve seu percentual reduzido para 5,12% nesta semana e vem sendo reduzida há quatro semanas, quando o percentual do boletim foi de 5,33%. Nesses termos os ganhos projetados só aumentam, com a Selic em 14%, descontada a inflação, o juro real é o maior do planeta. Durante este ano, sob

pressão da sociedade pela imediata queda dos juros, em particular o setor produtivo, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC reduziu a Selic a conta-gotas. Foram apenas 0,25 ponto percentual nas três reuniões realizadas até então, com a Selic hoje nos atuais 14,25%. Com a inflação em 4,64%, em doze meses até junho, segundo o IBGE, o nível de juros reais em torno de 10% sufoca a economia, penaliza o investimento produtivo, o consumo das famílias e premia predatoriamente as aplicações financeiras que não geram nem uma mesa escolar, nenhum produto, nenhum serviço. No Ranking Mundial de Juros Reais, em 16 junho deste ano, conforme a con-

sultoria MoneYou, a taxa de juro nominal, descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses, colocou o Brasil no primeiro lugar em juro real entre as 40 maiores economias do mundo, uma verdadeira farra para especuladores e rentistas em geral. Na tabela: Brasil vem com 9,67%, Rússia em plena guerra e boicote econômico vem com 9,31%. Turquia 5,57% e México 5,10%. A partir da quinta colocação, África do Sul, todas as demais 35 economias têm taxas básica menores que 3,74% ao ano. Leia mais: <https://horadopovo.com.br/parasitas-do-focus-seguem-instigando-o-bc-a-manter-o-maior-juro-real-do-planeta/>

Prévia da inflação em julho (IPCA-15) foi de 0,06%, praticamente zero. Alimentação em domicílio caiu 1,14% e combustíveis menos 0,90%, segundo IBGE

O indicador de prévia da inflação do Brasil (IPCA-15) ficou em 0,06% em julho deste ano, após registrar alta de 0,41% no mês anterior (junho), informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta terça-feira (28). Desta forma, a inflação segue em ritmo de desaceleração, deflagrado em maio deste ano (0,62%), após forte alta em abril (0,89%). Em julho de 2025, o IPCA-15 foi de 0,33%. No ano, o IPCA-15 acumula alta de 3,51% e, em 12 meses, de 4,52%, abaixo dos 4,80% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. O resultado da prévia da inflação de julho é o menor para o mês desde julho de 2023 (- 0,07%) e ficou abaixo das projeções de “analistas de mercado” (0,22%), minando a empreitada financista pelo fim do ciclo de cortes dos juros e pela retomada do aumento do nível da taxa básica de juros (Selic) pelo Banco Central (BC). A inflação em desaceleração reforça a pressão pela queda mais acentuada na Selic nas próximas reuniões no Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, ao contrário do cartel dos bancos – via Boletim Focus – que defendem a taxa em 14% no final de 2026, com apenas mais um corte de 0,25 ponto percentual na reunião da semana que vem.

COMIDA E COMBUSTÍVEL EM QUEDA

Os alimentos foram os responsáveis por puxar o resultado do IPCA-15 para baixo. O grupo alimentação e bebidas marcou deflação de 0,66% em julho, após alta de 0,74% em junho, na esteira da queda de 1,14% na alimentação no domicílio. No mês, foram observados recuos nos preços do tomate (-19,95%), da batata-inglesa (-10,03%) e do café moído (-3,13%). No lado das altas, destacam-se a cebola

(7,10%) e o pão francês (0,65%). Além dos alimentos, pode-se observar o arrefecimento nos grupos: artigos de residência (de 0,36% para 0,18%); vestuário (de 0,45% para -0,33%); saúde e cuidados pessoais (de 0,47% para 0,28%); despesas pessoais (de 0,34% para 0,08%); educação (de -0,02% para -0,04%); e comunicação (de 0,34% para -0,02%). Os preços dos combustíveis caíram 0,90% em julho, com todos apresentando queda: etanol (-2,50%), óleo diesel (-1,32%), gás veicular (-0,97%) e gasolina (-0,68%). Apesar disso, o grupo Transportes apresentou uma aceleração nos preços, ao sair de -0,03% em junho para 0,11% em julho, com alta de 11,70% da passagem aérea. Já o que atrapalhou o IPCA-15 de obter um resultado de deflação foi a energia elétrica, que subiu 3,03%, pressionando para o alto o grupo habitação (de 0,72% para 0,97%) e exercendo o principal impacto individual (0,12 p.p.) no índice geral de inflação. Além da vigência da arbitrária bandeira tarifária da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), que na atual cor amarela cobra adicional de R\$ 1,885 para cada 100 kWh consumidos, a conta de luz reflete a incorporação dos reajustes tarifários altistas: +19,55% em Curitiba (12,85%), com vigência desde 24 de junho; +14,89% em uma das concessionárias em Porto Alegre (5,05%) desde 19 de junho; +8,85% em uma das concessionárias em São Paulo (2,65%) vigente desde 04 de julho e +5,21% em Belo Horizonte (1,37%), a partir de 28 de maio. Contudo, o IPCA-15 sinaliza que a inflação se espalhou menos na passagem de junho para julho. O Índice de Difusão, que mede a proporção de bens e serviços que tiveram aumento de preços num período, retraiu de 60,2% em junho para 48,2% em julho.

Indústria e governo se unem para defender Brasil do tarifaço

Setor produtivo apoia negociações do governo brasileiro e defende ampliação da política industrial

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, afirma que a indústria continuará apoiando as negociações do governo brasileiro com os Estados Unidos e defende a ampliação da política industrial NIB (Nova Indústria Brasil) para auxiliar os setores prejudicados pelo novo tarifaço contra os produtos brasileiros. “Começamos uma discussão que dentro da NIB possa constituir uma sétima missão que vai ser voltada para as cadeias produtivas internacionais, de forma que a gente possa ter um projeto contínuo e sempre atualizado de apoio à internacionalização das nossas indústrias no Brasil”, declarou Alban, após reunião com o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, na quinta-feira (23).

Alban também afirmou que os representantes da indústria saíram da reunião “satisfeitos com a afirmação categórica do ministro de que o Brasil vai continuar negociando. Essa é a opção número um que existe neste momento, continuar negociando”. Nesta quinta-feira (23), os Estados Unidos anunciaram a aplicação de uma nova tarifa de 12,5%, acusando o Brasil de “trabalho forçado”, elevando o tarifaço de 25% imposto no dia anterior. “Uma tarifa de 37,5% cria uma falta de competitividade total. E isso se torna mais crítico principalmente para o produto manufaturado”, criticou Ricardo Alban.

FIEMG

Em nota, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) manifestou apoio na intensificação das negociações diplomáticas e comerciais entre Brasil e EUA. “O Brasil precisa agir com firmeza, rapidez e capacidade técnica para evitar que essa nova tarifa comprometa ainda mais a competitividade da in-



Ministro Elias Rosa e Ricardo Alban, da CNI

dústria nacional. A prioridade deve ser ampliar as exceções, garantir previsibilidade às empresas e construir uma solução negociada que preserve contratos, investimentos e empregos”, disse a coordenadora de Negócios Internacionais da FIEMG, Verônica Winter. “Somada à tarifa adicional de 25% já em vigor, a nova cobrança pode elevar a sobre-taxa a 37,5% para os produtos alcançados pelas duas medidas. Esse cenário aumenta o custo de acesso ao mercado norte-americano e coloca os exportadores brasileiros em desvantagem diante de concorrentes de países submetidos a alíquotas menores”, diz nota da indústria mineira.

ABIT

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT) manifesta, em nota, “sua profunda preocupação com a decisão do Governo dos Estados Unidos de impor uma nova sobretaxa de 12,5% sobre produtos brasileiros, no âmbito de medidas relacionadas ao combate ao comércio de bens produzidos com trabalho forçado”. Leia mais: <https://horadopovo.com.br/industria-e-governo-se-unem-para-defender-o-brasil-do-tarifaco/>

Escreva para o HP horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação

24 de agosto

Rua Mazzini, 177

Cambuci - CEP: 01528-000

São Paulo-SP

E-mail: horadopovomg@gmail.com

C.N.R.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yaho.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Foto: Helena Pontes/Agência IBGE Notícias

Foto: Ricardo Stuckert/PR

Foto: Iano Andrade/CNI



Ex-ministra do Planejamento e ex-senadora

'As mulheres definirão o futuro do Brasil', diz Simone Tebet na convenção de SP

A candidata ao Senado por São Paulo e ex-ministra do Planejamento, Simone Tebet (PSB), fez um apelo para que as mulheres tenham papel decisivo nas eleições de 2026 durante discurso na convenção estadual do PT, realizada no sábado (25), em Campinas. Ao defender a participação feminina nas urnas, Tebet afirmou que o voto das mulheres será fundamental para a defesa da democracia e para impedir retrocessos políticos no país.

Em um dos trechos mais marcantes do discurso, a ex-ministra afirmou que “Lula e o Brasil enfrentam um golpista de plantão”. Sem citar nomes, ela disse que a eleição deste ano representa mais do que uma disputa entre candidatos e classificou o momento como uma continuidade da mobilização em defesa das instituições democráticas iniciada em 2022. Para Tebet, ainda existem forças políticas que ameaçam a estabilidade democrática e que precisam ser enfrentadas por meio do voto.

Ao direcionar sua fala ao eleitorado feminino, Tebet destacou que as mulheres representam a maioria dos eleitores brasileiros e afirmou que elas terão a responsabilidade de definir os rumos do país nas urnas. Segundo a candidata, nenhuma democracia pode ser considerada plena quando há tentativas de diminuir a importância da participação feminina na política ou de restringir direitos conquistados ao longo dos últimos anos.

A ex-ministra também criticou declarações recentes que colocaram em dúvida a capacidade das mulheres de escolher os destinos do país por meio do voto. Sem mencionar diretamente o influenciador Paulo Figueiredo, alvo de críticas nos últimos dias por defender restrições ao voto feminino, Tebet afirmou que esse tipo de discurso representa um ataque à democracia e reforçou que as mulheres devem responder nas urnas com ainda mais participação política.

Durante o discurso, Simone Tebet também defendeu a manutenção da frente ampla que apoiou a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2022. Segundo ela, a chapa liderada por Fernando Haddad ao Governo de São Paulo precisa ampliar o diálogo com o eleitorado de centro e com setores democráticos que não necessariamente se identificam com a esquerda. Na avaliação da candidata, a construção de uma maioria dependerá da capacidade de reunir diferentes correntes políticas em torno da defesa das instituições e da democracia.

A convenção estadual oficializou Fernando Haddad como candidato do PT ao Governo de São Paulo e confirmou Márcio França (PSB) como candidato a vice-governador. O evento também homologou as candidaturas de Simone Tebet (PSB) e Marina Silva (Rede) ao Senado e reuniu o presidente Lula, o vice-presidente Geraldo Alckmin e outras lideranças da base governista.

Ao encerrar sua participação, Tebet voltou a defender o protagonismo das mulheres na política e afirmou que o resultado das eleições de 2006 dependerá da mobilização do eleitorado. Para a candidata, o voto feminino será determinante não apenas para a escolha dos próximos representantes, mas também para a preservação da democracia e das instituições brasileiras.

“TariFlávio é um candidato minúsculo que trai o próprio país”, afirma Orlando Silva

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou que Flávio Bolsonaro (PL) é um “candidato nanico” que traiu “o próprio país” para buscar o apoio de Donald Trump.

O parlamentar comentou, em suas redes sociais, sobre o editorial do jornal O Estado de S.Paulo intitulado “Um candidato nanico”, que diz que Flávio Bolsonaro “aposta em Trump, Milei e Netanyahu para disfarçar a fragilidade de uma candidatura que só existe pelo sobrenome do pai”.

Orlando acrescentou que “TariFlávio não é só um candidato nanico, é um ser humano minúsculo, que trai o próprio país e é apoiado por um tirano, um louco clínico e um genocida”.

Donald Trump está tentando interferir na política brasileira, buscando favorecer Flávio Bolsonaro nas eleições, e impôs tarifas de 25% e 12,5% sobre os produtos brasileiros.

Sobre Javier Milei, Orlando disse que o mandatário argentino “tem graves questões psiquiátricas a resolver, é clínico. Triste que um país importante como a Argentina seja presidido por um desclassificado como ele”.

Javier Milei tem graves questões psiquiátricas a resolver, é clínico. Triste que um país importante como a Argentina seja presidido por um desclassificado como ele.



Presidente visitou a Reunião da SBPC na noite de terça-feira

Trump agride de novo o Brasil e tenta acudir os seus traíras e criminosos

A decisão, anunciada na terça-feira (28), por Donald Trump, de prorrogar por mais um ano a ordem executiva assinada contra o Brasil no dia 30 de julho de 2025, com base na chamada Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional, acabou de desmascarar o caráter político de seus tarifacos.

Arrogante como de costume, o bufão da Casa Branca voltou a fazer uma série de ataques descabidos e acusações contra o governo brasileiro. O chefe da Casa Branca alega, sem nenhuma base, que o Brasil adota práticas que "interferem na economia dos Estados Unidos, infringem os direitos de livre expressão de cidadãos norte-americanos, violam os direitos humanos e minam o interesse dos EUA em proteger seus cidadãos e empresas".

Como se o Brasil fosse uma de suas colônias, onde ele pode opinar e decidir arbitrariamente, Donald Trump acusa membros do governo brasileiro de “perseguir politicamente um ex-presidente, sua família e seus apoiadores”, em uma referência a Jair Bolsonaro. Cita o STF como “promotor de censura” e menciona “prisão de pessoas que exercem a liberdade de expressão” e “censura de conteúdos na internet”. Todos essas decisões tomadas no Brasil referem-se a ações legais da Justiça brasileira contra criminosos julgados e condenados.

O anúncio desta terça-feira (28) da prorrogação das sanções contra o Brasil é, portanto, uma clara provocação política de Trump contra o Brasil e sua economia. Isso fica bem evidente pelo fato de que as medidas anunciadas não têm efeito prático.

co nenhum com relação ao tarifaço. Isso porque a medida de 2025, que impunha uma tarifa de 50% sobre os produtos importados do Brasil, acabou derrubada pela Suprema Corte norte-americana.

O ataque de Trump aos brasileiros busca tentar salvar seus desmoralizados bajuladores, que só fazem defender os interesses mesquinhos dos EUA em detrimento do Brasil e de seu povo,

Em entrevista ao Jornal Nacional, o ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) Roberto Azevêdo explica que o objetivo é meramente político. "A Suprema Corte reverteu a autoridade do presidente de atuar na área tarifária, mas continuam, por exemplo, as sanções financeiras que foram aplicadas contra autoridades brasileiras."



RJ: Paes chama grupo de Castro e Ruas de “organização criminosa”

Candidato ao governo do Rio defendeu que “O estado vai voltar a mandar no seu território”

O PSD oficializou, na manhã desta segunda-feira (22), a candidatura de Eduardo Paes ao Governo do Rio de Janeiro durante convenção partidária que reuniu representantes das legendas da aliança. No discurso, o ex-prefeito da capital fez duras críticas às gestões anteriores e classificou o grupo político que comandou o estado nos últimos anos como uma “organização criminosa”.

Ao afirmar que o Rio vive “o pior momento de sua história”, Paes atribuiu a crise política e institucional ao grupo que esteve à frente do Palácio Guanabara nos últimos oito anos. “A responsabilidade por tudo isso é do grupo político que tomou de assalto o estado há oito anos. Governador cassado, presidente da Alerj preso por ligação com o crime organizado, com o Comando Vermelho. Talvez o certo não seja chamar de grupo político, mas de organização criminosa”, declarou.

Durante o evento, o candidato também prometeu endurecer o combate ao crime organizado e afirmou que o estado retomará o controle sobre seu território. Segundo ele, a segurança pública será conduzida com base em critérios técnicos, sem interferência política.

“O estado vai voltar a mandar no seu território, porque temos coragem, capacidade e inteligência para vencer essa minoria de delinquentes que atormenta nossas famílias”, afirmou. “Teremos uma polícia guiada por evidências, não por política. A Alerj não vai mais mandar na segurança. Os deputados não vão mais indicar delegados.”

Na convenção, foi oficializada a advogada Jane Reis (MDB) como candidata a vice-governadora. Ela é irmã do ex-prefeito de Duque de Caxias Washington Reis, presidente estadual do MDB, e tia do atual prefeito do município, Netinho Reis.

O deputado federal Pedro

Paulo, presidente estadual do PSD, teve sua candidatura ao Senado confirmada pela coligação. A chapa também conta com a deputada federal Benedita da Silva (PT) na disputa pela outra vaga ao Senado.

Ao defender a candidatura, Pedro Paulo criticou a atuação dos atuais senadores fluminenses, todos filiados ao PL.

“Os três senadores que estão lá hoje são de um partido que não ajudou o Rio quando o presidente da República era aliado, e ajuda muito menos agora que é um adversário. Não esperem de mim ideologias. Vou estar em Brasília defendendo o Rio de Janeiro”, disse.

Esta será a terceira tentativa de Eduardo Paes de chegar ao Governo do Estado. A primeira ocorreu em 2006, antes de assumir a Prefeitura do Rio. Em 2018, apesar de liderar parte das pesquisas, acabou derrotado por Wilson Witzel, impulsionado pela onda bolsonarista.

Paes entra na disputa em um cenário considerado mais favorável, enquanto o principal adversário, o PL, enfrenta dificuldades para consolidar sua chapa. No fim de semana, o ex-prefeito de Nova Iguaçu Rogério Lisboa (PP) anunciou que deixou a candidatura ao lado do presidente da Alerj, Douglas Ruas (PL), movimento que abriu espaço para discussões sobre uma possível neutralidade da federação formada por PP e União Brasil na eleição estadual.

Além do PSD e do MDB, a candidatura de Paes reúne o apoio de partidos como PT, PSB, PDT, PCdoB, PSDB, Solidariedade, Podemos e outras siglas. Prefeitos de diversos municípios participaram da convenção.

Durante o evento, o ex-vice-prefeito do Rio Eduardo Cavaliere (PSD) também criticou a atual gestão estadual e defendeu a alternância de poder.

“O que o eleitor deseja de nós não é continuidade. É mudança, é transformação”, afirmou.

Copel privatizada repassou R\$ 6 bilhões a acionistas, enquanto conta de luz aumentou mais de 20%

Menos de três anos após a privatização da Companhia Paranaense de Energia (Copel), os acionistas da empresa já receberam R\$ 5,87 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio (JCP). O valor é 89,5% superior aos cerca de R\$ 3,1 bilhões arrecadados pelo Governo do Paraná com a venda das ações que retirou o controle estatal da companhia, em agosto de 2023.

Os números foram divulgados pela deputada federal e pré-candidata ao Senado Gleisi Hoffmann (PT-PR), que afirma que a privatização favoreceu o mercado financeiro enquanto consumidores passaram a enfrentar tarifas mais altas, piora na prestação do serviço e redução do quadro de funcionários da empresa.

“Venderam a Copel, um dos maiores orgulhos dos paranaenses, dizendo que era um grande negócio para o Estado. A verdade é que a privatização foi ótima para os acionistas e péssima para a população”, afirmou.

A comparação evidencia uma das principais críticas feitas à privatização da companhia. Enquanto o Estado recebeu um valor único pela venda da empresa, os investidores privados passaram a receber sucessivas distribuições de lucros, que já superam com folga o montante obtido pelo governo com a operação.

A privatização também alterou a forma como a Copel utiliza seus lucros.

Quando era uma empresa controlada pelo Estado, a companhia distribuía entre 25% e 65% do lucro líquido aos acionistas, conforme seu nível de endividamento. A política buscava preservar recursos para investimentos na expansão e manutenção do sistema elétrico.

Após a privatização, essa lógica foi abandonada. Em maio de 2025, a empresa aprovou uma nova política que determina a distribuição mínima de 75% do lucro líquido aos acionistas todos os anos, com pagamentos realizados ao menos duas vezes por ano.

Na prática, a remuneração do mercado financeiro passou a ocupar posição central na estratégia da companhia. O resultado aparece nos números: desde agosto de 2023, os acionistas já receberam R\$ 5,87 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio. Dividendos crescem enquanto

consumidores enfrentam aumento nas contas

O avanço da remuneração aos acionistas ocorre ao mesmo tempo em que os consumidores passaram a pagar mais caro pela energia.

Em junho deste ano, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou um reajuste médio de 20,51% nas tarifas da Copel Distribuição, índice muito superior à inflação prevista para o período. O aumento atingiu aproximadamente 5,3 milhões de unidades consumidoras em todo o Paraná

Poucos dias depois da entrada em vigor do reajuste, a companhia realizou mais um pagamento bilionário de dividendos aos acionistas e manteve o cronograma de novas distribuições de juros sobre capital próprio.

Para Gleisi Hoffmann, a situação demonstra que as promessas feitas durante o processo de privatização não se concretizaram.

“A população e o setor produtivo do Paraná estão enfrentando reajustes abusivos, demora no atendimento, precarização dos serviços e apagões prolongados que causam prejuízos às famílias, aos produtores rurais, granjas, piscicultura e indústrias”, declarou.

Além do aumento das tarifas, a deputada também aponta piora na qualidade do fornecimento de energia.

Segundo Gleisi, a Copel ocupa apenas a 27ª colocação entre as 33 distribuidoras de grande porte avaliadas pela Aneel no ranking nacional de continuidade do fornecimento, indicador que mede a frequência e a duração das interrupções de energia.

Consumidores e produtores rurais também têm relatado demora para o restabelecimento do serviço após apagões, situação que gera prejuízos para famílias, comércio e atividades econômicas que dependem do fornecimento contínuo de energia.

As mudanças promovidas após a privatização também atingiram os trabalhadores da empresa.

Segundo o Sindicato dos Técnicos Industriais no Estado do Paraná (Sintec-PR), mais de 1.400 empregados deixaram a Copel por meio de programas de demissão voluntária. A entidade afirma que, desde o início do processo de privatização, o quadro de funcionários foi reduzido em 53,5%.



Convenção do PSD confirmou candidatura do ex-prefeito do Rio ao governo



Vagão destruído após incêndio na Linha 12, três dias após a privada assumir Após lambança da privatização, CPTM volta às Linhas 11, 12 e 13, mas só durante as eleições

“O contrato é um absurdo.” A crítica do deputado estadual Maurício (PT), em entrevista à Hora do Povo, resume a crise desastrosa devida pela entrega das linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade da CPTM à concessionária Trivia Trens pela Gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos). Para o parlamentar, o caos registrado logo nos primeiros dias de operação é consequência direta da política de privatizações do governo Tarcísio de Freitas. “Eu acho que o Tarcísio tem uma coisa assim... ele quer vender as coisas do Estado. Não é possível. Não precisa ser assim, de afogadilho”, afirmou.

A crise ganhou novas proporções na manhã desta quinta-feira (23). Um curto-circuito em um trem da Linha 12-Safira provocou explosão, incêndio e o desligamento das subestações de energia, interrompendo simultaneamente a circulação das linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade. Segundo o g1, o incidente ocorreu por volta das 5h40, deixou um vagão completamente carbonizado e obrigou passageiros a

abandonar as composições caminhando pelos trilhos.

A estrutura do Estado acabou sendo mobilizada para evitar que uma tragédia fatal ocorresse no serviço operado pela iniciativa privada. Policiais militares precisaram auxiliar idosos, pessoas com mobilidade reduzida e outros usuários a superar muros e barrancos para deixar a via férrea, enquanto o Plano de Apoio entre Empresas em Situação de Emergência (Paese) foi acionado para amenizar os transtornos. Foi o terceiro dia consecutivo de falhas desde que a empresa assumiu definitivamente a operação das linhas, que transportam quase um milhão de passageiros por dia.

CPTM RETOMA OPERAÇÃO POR 90 DIAS

Diante do colapso, o governo Tarcísio anunciou nesta quinta-feira (23) que a CPTM retomará, por 90 dias – ou seja, durante o período das eleições – a operação das linhas concedidas à Trivia Trens. Segundo o governo, essa cláusula foi incorporada ao edital após os problemas enfrentados nas concessões das linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda.

Ignorando o fato de que a concessionária está há um ano e meio adquirindo expertise com a CPTM, o governador disse que a empresa “precisa melhorar”. “A empresa precisa se preparar melhor. É inaceitável o que aconteceu no dia de hoje”, declarou. No entanto, Tarcísio vem repetindo o mesmo discurso em relação à Sabesp, que ele privatizou, e que vem apresentando uma sucessão de acidentes, alguns deles com mortes, mas nada foi feito até o momento para melhoria dos serviços e da segurança.

Por sua vez, a Artesp, agência reguladora do setor, disse à imprensa que a situação será apurada com rigor. O diretor-presidente do órgão, André Isper, classificou o ocorrido como “inaceitável” e informou que o objetivo será “apurar detalhadamente o que causou as falhas” e reorganizar a operação. A agência também anunciou que abrirá procedimento para apurar as responsabilidades da concessionária e manterá fiscalização permanente sobre o contrato.

Haddad lança candidatura e critica privatizações de Tarcísio: ao contrário do que ele próprio prometeu”

Cercado pelo presidente Lula, pelo vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e diversas lideranças que compõem a Federação Brasil da Esperança e o campo progressista do país, Fernando Haddad (PT) foi lançado neste sábado ao governo de São Paulo.

A convenção oficializou a chapa que conta com Márcio França (PSB) como candidato a vice, e também os nomes de Marina Silva (Rede) e Simone Tebet (PSB) como candidatas ao Senado.

O ex-ministro da Fazenda discursou afirmando que a eleição de outubro representa “recuperar e restituir São Paulo aos paulistas” e lembrou os eventos de caos nos trens vividos pela população na última semana, centrando sua fala em críticas às privatizações do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos).

“As privatizações feitas a toque de caixa, tanto a Sabesp, quanto o Metrô e a CPTM, entregues a empresas sem a menor experiência nesses ramos de atividade. E a água está faltando na torneira, quando chega, chega suja, e a conta d’água subindo todo ano, ao contrário do que ele próprio prometeu”, afirmou.

Haddad também lembrou da pandemia e como ela foi [não] administrada pelo então presidente Jair Bolsonaro, citando as “mais de 700 mil mortes”, observando que o Brasil, com 2% da população mundial, chegou a responder por “mais de 10% das mortes por Covid”.

Sobre o desempenho econômico do maior estado do país sob a gestão de Tarcísio, o can-



Convenção oficializou a chapa com Márcio França como vice e Marina Silva (Rede) e Simone Tebet (PSB) como candidatas ao Senado

didato citou o crescimento do PIB de apenas 0,4% nos últimos 12 meses, frente à média nacional de 2% e ainda criticou o declínio nos indicadores de alfabetização e do ensino médio integral no estado. “Como é que o Estado pode estar feliz crescendo um quarto do que cresce o país?”, questionou Haddad. Falando sobre dados de segurança pública, Fernando Haddad disse que “20% de todos os celulares roubados no país são



Ministra durante a reunião da SBPC

Luciana Santos anuncia plano para CT&I com meta de elevar investimento para 2% do PIB

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) Luciana Santos anunciou o novo Plano Decenal de CT&I durante a 78ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), nesta terça-feira.

Luciana, completando quatro anos de participações nas Reuniões Anuais da SBPC, afirmou que o plano vem de um desejo manifestado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. “Na ida à SBPC, o presidente Lula cobrou um plano com metas e orçamentos. Então, com base na nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), vamos elaborar um Plano Decenal de Ciência, Tecnologia e Inovação”, destacou a ministra , trazendo também a possibilidade de o planejamento englobar os próximos 15 anos.

A ministra também explicou a atual situação da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. A ENCTI nasceu dos debates da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CNCTI), realizados em 2025. “Tivemos uma grande conquista que foi o retorno da Conferência, que não era realizada há 14 anos. Porque, para nós, as políticas devem ser feitas com base no diálogo.”

A equipe organizadora da 5ª CNCTI compilou as principais demandas, diagnósticos e orientações, o que gerou o Livro Violeta, entregue ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Do Livro Violeta, o MCTI desenvolveu a ENCTI.

A primeira versão da nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação foi colocada em consulta pública em dezembro de 2025. Após as ponderações da sociedade, um novo documento foi idealizado.

A ministra revelou que o novo documento da ENCTI busca transformar o conhecimento em soluções para a sociedade e é dividido em quatro metas. “São elas: (1) elevar os investimentos nacionais em pesquisa e desenvolvimento para 2% do PIB [Produto Interno Bruto] até 2034; (2) assegurar previsibilidade orçamentária – especialmente por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (3) reduzir dependências tecnológicas críticas e (4) fortalecer a integração entre Ciência e o setor produtivo.”

Luciana ressaltou que, ao olhar para o cenário global, percebeu-se que países dependentes de tecnologias alheias se tornam mais vulneráveis, como visto na pandemia de covid-19, portanto é importante um plano que se pautar na autonomia e soberania do País. “A ENCTI estabelece metas ambiciosas, mas são também metas factíveis”, acrescentou.

A ministra aproveitou para apresentar conquistas da pasta dos últimos anos, como o fim do contingenciamento do FNDCT, que gerou investimentos de R\$ 55 bilhões em Ciência, Tecnologia e Inovação. “Investir em Ciência é investir na capacidade de um país escrever o seu próprio futuro”, concluiu.

Após as falas da ministra, a presidente da SBPC, Francilene Garcia, ressaltou a importância do setor científico ter fomento e ser visto como parte essencial do desenvolvimento brasileiro.

“É inadmissível que os investimentos em Ciência sejam vistos como gastos e tenhamos o arcabouço fiscal como limite. É inadmissível que os orçamentos discricionários do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Ministério da Educação e das agências de fomento sofram cortes ano após ano, inviabilizando os projetos de País que nós temos. Nós estamos aqui como cientistas e pesquisadores querendo ajudar o País a crescer. Não estamos pedindo nada de mais, estamos pedindo a condição de atuarmos.”

Plenária das Centrais Sindicais reforça mobilização para garantir o fim da escala 6×1 no Senado

As centrais sindicais CUT, CTB, Força Sindical, UGT, CSB, NCST, Intersindical e Pública Central do Servidor promoveram uma plenária nacional, em formato virtual, na quarta-feira (22), para debater o fortalecimento da mobilização em torno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a jornada semanal de trabalho e acaba com a escala 6×1.

A plenária reuniu mais de 600 lideranças sindicais de todos os estados brasileiros em um amplo movimento unitário para pressionar o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e os demais membros do Congresso, para que dê andamento à tramitação da PEC e paute a votação do texto que já foi aprovado na Câmara dos Deputados.

Os sindicalistas destacaram a importância de ampliar a pressão institucional sobre o Congresso Nacional assim que haja retorno das atividades legislativas, intensificar a mobilização nos estados, abrir um amplo leque de diálogo com parlamentares e ampliar a participação do conjunto da sociedade na defesa das propostas.

Representando a CTB Nacional, o secretário-geral Ronaldo Leite falou a importância da mobilização permanente e informou que, em reunião com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Otto Alencar (PSD-BA), o parlamentar manifestou apoio à proposta. “Ele se posicionou favorável ao fim da escala. É importante que sindicatos, federações e confederações garantam grandes atos na agenda definida pelo Fórum das Centrais”, afirmou.

Miguel Torres, presidente da Força Sindical, destacou que a aprovação do texto pela Câmara foi uma grande “conquista” e que agora “temos que procurar diálogo com todos os senadores, destacando os benefícios da aprovação da PEC”, afirmou.

Já o secretário de Relações Sindicais da Força, Geraldo dos Santos, defendeu ampliar a conscientização da sociedade sobre os benefícios da PEC, fortalecendo o apoio popular durante a tramitação da proposta no Senado.

O presidente da CSB, Antonio Neto, reforçou que “o momento exige diálogo, e não confronto”. “Precisamos convencer os parlamentares sobre a importância da nossa pauta e ampliar esse apoio. Após o recesso, vamos intensificar a mobilização, mas sem adotar uma postura de demonização do Congresso. A estratégia é organizar as atividades e conversar com todos os 81 senadores para conquistar mais apoio à proposta”, afirmou.

Os sindicalistas reforçam que diversos países já adotam jornadas reduzidas, reconhecendo que o equilíbrio entre trabalho, descanso e convivência familiar contribui para a melhoria da saúde, da produtividade e da qualidade de vida dos trabalhadores, sem comprometer o desenvolvimento econômico.

“Sempre que os trabalhadores conquistaram novos direitos, disseram que haveria desemprego ou prejuízos econômicos. A realidade mostrou exatamente o contrário. Trabalhadores mais saudáveis, motivados e com mais qualidade de vida também significam uma sociedade mais produtiva e um país mais desenvolvido”, afirmou João Domingos Gomes dos Santos, presidente da CSPB.

“Nossa estratégia é manter a mobilização permanente. Vamos ampliar a pressão sobre o Parlamento e dialogar com a sociedade para demonstrar que reduzir a jornada de trabalho e regulamentar a negociação coletiva representam avanços civilizatórios. A resposta dos trabalhadores também passa pela conscientização e pela valorização de representantes comprometidos com essas pautas”, enfatizou João Paulo Ribeiro, diretor de Relações Institucionais da CSPB.

Entre as ações definidas pelas centrais está um Dia Nacional de Mobilização, em 10 de agosto, com ações nas redes sociais, panfletagens e atividades públicas em defesa do fim da escala 6×1.

Sindicato repudia proposta que eleva idade a mínima para aposentadoria

O Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi) divulgou uma nota de repúdio às propostas de uma nova reforma da Previdência reveladas nesta semana.

As medidas constam de estudos elaborados por “especialistas” ligados ao CDDP (Centro de Debate de Políticas Públicas) e ao IMDS (Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social), divulgados pela Folha de S.Paulo. Entre elas está o aumento progressivo da idade mínima para aposentadoria, que chegaria a 67 anos.

Para o Sindnapi, estudos dessa dimensão não podem ser discutidos “sem a participação efetiva dos maiores interessados: os trabalhadores, aposentados e pensionistas”. “Nenhuma mudança nas regras da Previdência pode ser construída em gabinetes, sem ouvir quem será diretamente afetado por elas”, ressalta o sindicato.

Segundo a entidade, o debate sobre a Previdência segue um roteiro conhecido: “sempre procuram resolver os problemas fiscais impondo novos sacrifícios aos trabalhadores brasileiros”.

Na nota, o Sindnapi reafirma que “é contrário a qualquer iniciativa que tenha como ponto de partida a retirada de direitos ou a criação de mais obstáculos para quem trabalha, produz riqueza e contribui durante toda a vida para a Previdência Social”.

“Não é justo nem aceitável que, a cada discussão sobre o tema, a primeira solução apresentada seja aumentar a conta para quem já suporta o peso da carga

tributária e das dificuldades do mercado de trabalho”, destaca a entidade.

O sindicato defende que a Previdência precisa, sim, ser sustentável, mas que “essa sustentabilidade deve ser construída por meio de novas fontes de financiamento, do combate à sonegação, da cobrança das dívidas previdenciárias e de políticas que fortaleçam o emprego formal e ampliem a base de contribuintes”.

“O Sindnapi defenderá, em qualquer mesa de debate, uma Previdência Social forte, sustentável e, acima de tudo, justa. O equilíbrio das contas públicas não pode servir de justificativa para transferir, mais uma vez, o custo do ajuste para quem vive do próprio trabalho”, defende o Sindnapi.

Os “especialistas” dos institutos são os mesmos que também defendem a revisão da política de reajuste do salário mínimo, propondo reajustes abaixo da inflação, sob a alegação de que ganhos reais no salário mínimo “pressionam as despesas do INSS”.

O argumento é rebatido por Clemente Ganz Lúcio, coordenador do Fórum das Centrais Sindicais e ex-diretor técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Segundo Clemente, “o salário mínimo não é o problema da Previdência. O desafio é redesenhar o financiamento, porque a forma de trabalhar mudou”. Para ele, o que corrói a base de arrecadação é “a pejotização, o trabalho por aplicativos e a informalidade”.

FGTS aprova distribuição de lucro a 138,2 milhões de trabalhadores



Valores serão depositados nas contas vinculadas até o dia 31 de agosto



Ferrovários da CPTM exigem empregos após reassumirem operação de linhas privatizadas

Os ferroviários da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) das linhas 11, 12 e 13 aprovaram um indicativo de greve a partir de 4 de agosto, caso o governador Tarcísio de Freitas não apresente uma solução concreta para os trabalhadores, que foram convocados às pressas para reassumir os postos de trabalho dos quais haviam sido desligados há poucos dias.

A convocação aconteceu após o caos no transporte sobre trilhos ocorrido na capital paulista na semana passada, apenas após três dias em que a operação das linhas estava sob a responsabilidade da concessionária privada Trivia Trens.

Após a sucessão de falhas que culminou com um incêndio em um vagão e passageiros caminhando sobre trilhos, o governo estadual determinou, na quinta-feira passada, que a CPTM reassumisse a operação dos três ramais por um período de 90 dias. Os trabalhadores querem garantias de manutenção

dos empregos após esses 90 dias em que a CPTM ficará responsável pela operação das linhas.

O Sindicato dos Ferrovários da CPTM afirma que os trabalhadores foram chamados para assumir o serviço em caráter emergencial, mas ainda não receberam uma definição sobre a continuidade dos contratos.

Na assembleia, os trabalhadores também aprovaram que a gestão pública retome a operação das linhas, e querem a aprovação do Projeto de Lei nº 730/2025, em tramitação na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), que prevê a absorção dos empregados da CPTM pelo governo estadual.

Em nota, o sindicato afirma que os funcionários da Trivia Trens “não são os responsáveis diretos pelos problemas enfrentados pela população”. Segundo a entidade, “as falhas são consequência de uma transição conduzida de forma inadequada, com treinamento e acompanhamento insuficientes para uma operação considerada complexa”, o que teria comprometido a qualidade

e a segurança do serviço.

Em reação ao caos no transporte sobre trilhos registrado nos últimos dias na capital paulista três dias após a concessão da Trivia Trens assumir a gestão das linhas privatizadas pelo governador Tarcísio de Freitas, o Sindicato dos Metroviários também divulgou uma nota de repúdio afirmando que “São Paulo não merece mais tragédias”.

Para o sindicato, as falhas e até a explosão em uma composição da Linha 12, como a ocorrida na quinta-feira (23), eram uma “tragédia anunciada”, já que a entidade e diversos movimentos sociais “havia alertado sobre os riscos que as privatizações de Tarcísio traziam para o transporte sobre trilhos”.

“Um serviço de transporte público, de alta complexidade, que transporta milhões de pessoas, não pode ficar nas mãos de quem só pensa em lucro”, afirma o sindicato, pedindo que sejam canceladas “imediatamente” a concessão das linhas 11, 12 e 13.



O valor total distribuído chega a R\$ 13,04 bilhões relativo ao lucro do Fundo em 2025

O Conselho Curador do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), formado por representantes do governo, dos patrões e dos trabalhadores, autorizou, em reunião nesta terça-feira (28), o pagamento de R\$ 13,04 bilhões relativos ao lucro do Fundo em 2025 a 138,2 milhões de trabalhadores com saldo em conta vinculada.

Os valores serão depositados nas contas até 31 de agosto de 2026. As consultas serão liberadas no site da Caixa ou pelo aplicativo do FGTS no celular.

Com isso, a rentabilidade total das contas, em 2025 atingirá 6,90%, o que representa um ganho real (acima da inflação) de 2,53 pontos percentuais. No ano passado, o IPCA, a inflação oficial do país, somou 4,26%.

Isso significa que o crédito será equivalente a um acréscimo de 1,87% na rentabilidade de cada conta, proporcional ao saldo individual. Por exemplo, se o trabalhador tiver um saldo R\$ 1 mil, terá um crédito de R\$ 18,68 em sua conta

vinculada, quem tem R\$ 100 mil receberá R\$ 1.868,34 de lucro, e assim por diante.

De acordo com a decisão, todas as pessoas com contas (ativas ou inativas) vinculadas ao FGTS em 2025, com saldo em dezembro, terão direito a receber uma parcela dos lucros.

Isso não quer dizer que o dinheiro poderá ser sacado de imediato. Para o saque, permanecem válidas as situações previstas em lei, como aposentadoria, demissão sem justa causa, término do contrato por prazo determinado ou rescisão por acordo, doenças graves do trabalhador ou dependente, aquisição de casa própria, liquidação ou amortização de dívida ou pagamento de parte das prestações de financiamento habitacional, além de saque-aniversário.

Para calcular o valor a ser creditado, o trabalhador deve multiplicar o saldo existente na conta de FGTS em 31/12/2025 pelo índice de 0,01868341.

O lucro do FGTS é distribuído desde 2017, sempre referente ao ano anterior.



Congresso da FUP elege primeira mulher coordenadora e aprova pauta em defesa da Petrobrás

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) encerrou na última sexta-feira (24) o 20º Congresso Nacional da entidade, que reuniu cerca de 400 participantes em Salvador (BA) e elegeu Cibele Vieira como a primeira mulher a coordenar a FUP, desde a sua fundação, há 32 anos.

Durante cinco dias, as lideranças sindicais, delegações de vários estados e convidados, sob o tema “Brasil Soberano – Energia para um Mundo Melhor”, debateram as lutas da categoria, como o fortalecimento do Sistema Petrobrás e as transformações do setor energético, além de reforçar temas de interesse nacional, como a garantia da soberania do país e a importância da reeleição do presidente Lula.

Durante o encontro, os petroleiros aprofundaram o debate em torno da pauta Brasil Soberano, que já vem sendo discutida com a gestão do Sistema Petrobrás e reforçaram as principais propostas que serão apresentadas à empresa e também encaminhadas às campanhas eleitorais de Lula e das candidaturas de parlamentares apoiadas pela classe trabalhadora.

Sobre o fortalecimento do Sistema Petrobrás, a plenária aprovou a luta pela “reestatização das unidades estratégicas que foram privatizadas nos governos Temer e Bolsonaro, como as refinarias e a distribuição; fortalecimento do setor de fertilizantes e biodiesel, com a incorporação das subsidiárias; que a estatal lidere a transição energética jus-

ta e soberana, com participação dos trabalhadores e das trabalhadoras; que o Estado brasileiro, por meio da Petrobrás, garanta a exploração soberana e sustentável das novas fronteiras petrolíferas (Margem Equatorial e Bacia de Pelotas), com foco no desenvolvimento socioeconômico e social das regiões e o compromisso de que as riquezas geradas sejam utilizadas em políticas públicas que erradiquem a pobreza energética e beneficiem e protejam as comunidades locais”.

O ex-coordenador geral, Deyvid Bacelar, que dirigiu a entidade desde 2020 recebeu uma homenagem durante o evento, resgatando as principais lutas em que o dirigente esteve à frente nos últimos anos. “Deyvid Bacelar é uma liderança sindical de verdade que nunca fugiu da luta. Quando quiseram privatizar a Rlam e outras empresas do Sistema Petrobrás, ele enfrentou a gestão defendendo a soberania nacional, os trabalhadores e a sociedade”, relatou a coordenadora-geral do Sindipetro Bahia, Bete Sacramento.

“São imagens muito fortes de toda a nossa luta aqui no ambiente sindical, junto com a categoria, junto com cada um e cada uma de vocês”, disse Bacelar. Agora, prosseguiu, “a gente passa esse bastão, de fato, para a mão da companheira Cibele e da nova diretoria para seguir em frente defendendo a nossa categoria, a nossa democracia e também a soberania nacional.”



Díaz-Canel comanda um ato em Havana Cuba rechaça ‘relatório’ fascista de Washington para justificar bloqueio

O governo cubano e entidades progressistas norte-americanas rechaçaram o recém lançado “Relatório Rubio” sobre a “subversão de Cuba nos EUA” como uma campanha difamatória e macartista para ameaçar a ilha e justificar o genocídio através da intensificação do bloqueio e, internamente aos EUA, para desencadear uma onda de repressão aos que se manifestam pelos direitos civis e contra o fascismo, racismo e xenofobia, numa versão século XXI do famigerado Cointelpro.

“Cuba rejeita, nos termos mais veementes, o relatório publicado em 20 de julho pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos sobre a alegada influência subversiva de Cuba contra os Estados Unidos. Trata-se de um panfleto de propaganda medíocre”, respondeu o Ministério das Relações Exteriores da ilha revolucionária.

“Busca reforçar a mensagem mentirosa de que Cuba constitui uma ameaça aos Estados Unidos, pretexto que o governo estadunidense utiliza para punição coletiva e genocídio contra o povo cubano”, visando “fabricar apoio para uma potencial agressão militar.”

“E hipócrita o Departamento de Estado acusar Cuba de promover a subversão quando é notório que o governo dos EUA destina dezenas de milhões de dólares do seu orçamento federal anualmente para subverter a ordem interna em Cuba, provocar fome e desespero e derrubar o governo cubano”, acrescenta o comunicado.

“Este é o mesmo governo com um histórico sórdido de interferência e violações do direito internacional, realizando execuções extrajudiciais em águas internacionais, praticando assassinatos políticos, patrocinando atos de genocídio, atacando nações soberanas em todos os continentes e interferindo nos processos eleitorais de Estados soberanos”.

“E também hipócrita persistir na mentira de rotular Cuba como um Estado patrocinador do terrorismo. É evidente que nem este nem qualquer outro relatório pode apresentar qualquer prova, nem mesmo o menor indício, para tal acusação ilegítima, porque tal prova não existe, como é do conhecimento das próprias agências especializadas do governo dos EUA.”

E – acrescenta – é, contudo, “notório que aqueles que financiam, organizam e instigam atos violentos e terroristas contra Cuba encontram proteção e total impunidade em solo americano”.

MACARTISMO OUTRA VEZ

A declaração repudia, ainda, a farsa de Washington sobre o “terrorismo de esquerda” atribuído aos que se opõem ao genocídio, racismo e fascismo. “Buscam atacar qualquer traço progressista, compromisso social ou expressão de esquerda, tanto dentro quanto fora dos Estados Unidos, aumentar a repressão e estabelecer um neomacartismo.”

“O objetivo é, em particular, reprimir e atacar a própria população americana e intimidar aqueles que expressam solidariedade, incluindo aqueles que denunciavam a agressão injusta de seu governo contra Cuba. Reconhece-se que a oposição ao embargo energético, ao estrangulamento da economia cubana e à ameaça de agressão militar está crescendo nos Estados Unidos, inclusive entre os cubanos que lá vivem e seus descendentes.”

O comunicado enfatiza que Washington persiste em questionar “os laços de Cuba com outras nações soberanas, como se o direito internacional tivesse desaparecido”. “Manipula e distorce a história amplamente reconhecida de solidariedade, ativismo anticolonialista e internacionalismo de Cuba, inclusive dentro dos Estados Unidos”, como expresso na votação que se repete a cada ano na ONU contra o bloqueio.

“Como sempre fez, Cuba continuará a cultivar relações amistosas com o povo e as instituições americanas, em estrita observância ao direito internacional, à Carta das Nações Unidas e à Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.”

Referências explícitas no Relatório Rubio, nomeando entidades e personalidades progressistas americanas que recentemente foram a Cuba levar solidariedade diante do agravamento do bloqueio, têm provocado alertas sobre uma operação Cointelpro 2.0, a reedição da perseguição aos manifestantes e organizações a favor do fim do apartheid nos EUA e contra a guerra, que o FBI de Edgar Hoover cometeu por quase duas décadas, e que visou Martin Luther King e Malcom X, entre outros.

O “Relatório” cita inclusive que o Comboio Nuestra América de março de 2026 incluía “um grupo de progressistas influentes dos Estados Unidos e do mundo todo, incluindo Hasan Piker; Christian Smalls, fundador do Sindicato Trabalhista da Amazon; uma delegação dos Socialistas Democráticos da América; o ex-líder do Partido Trabalhista do Reino Unido, Jeremy Corbyn; o ex-vice-primeiro-ministro espanhol Pablo Iglesias; vários outros membros atuais e ex-membros do Parlamento Europeu; e Isra Hirsi, ativista do campus e filha da deputada democrata Ilhan Omar”. Em outros lugares, mira grupos como a organização pacifista CodePink, Partido Comunista dos EUA, o Sindicato Nacional dos Advogados e outros.

“Esta última tentativa do Departamento de Estado é apenas uma das muitas caças às bruxas politicamente motivadas para silenciar vozes anti-guerra que ousam desafiar o militarismo dos EUA. Trata-se de justificar ainda mais agressão contra Cuba enquanto transforma defensores da paz em suspeitos. Já vimos esse manual antes. É macartismo, simples assim”, reagiu CodePink, cuja mais conhecida liderança é Medea Benjamin.

“O CodePink está atualmente sob investigação pelo Departamento do Tesouro simplesmente por trazer suprimentos médicos para hospitais infantis em Cuba. Vivemos em um mundo onde, infelizmente, são as pessoas que entregam os remédios — e não aquelas que aplicam as políticas que privam os cubanos de remédios, alimentos, combustível e eletricidade — estão sob investigação”, observou o grupo.

“Estamos orgulhosamente ao lado da maioria global, incluindo 187 países da ONU, que se opõem ao desumano bloqueio americano a Cuba.

Leia matéria na íntegra em:
www.horadopovo.com.br

Divulgação/Exército dos EUA



Falta munição para os lançadores de mísseis norte-americanos

Coreia Socialista denuncia provocações da Otan: “elas jamais serão toleradas”

O Ministério das Relações Exteriores da República Popular Democrática da Coreia (RPDC)–MINREX–divulgou nota sobre recente Cúpula da Otan, quando “os EUA e seus aliados explicitaram suas intenções de confronto ao aumentarem o armamento da Otan e fortalecerem a convivência militar com países na região da Ásia-Pacífico, rotulando o exercício legítimo dos direitos soberanos da Coreia do Norte como uma ‘ameaça’”, e acusa a “conduta provocativa da Otan, que agrava sistematicamente o ambiente de segurança na Europa com seu avanço imprudente para o leste e o crescente apoio a forças nazistas para manter seu pretexto ilícito de sobrevivência — um pretexto que deveria ter sido eliminado com o fim da Guerra Fria — jamais serão toleradas. Essa conduta também gera instabilidade na região Ásia-Pacífico, transferindo a culpa para outros países”.

Segundo o MINREX, “em paralelo, mantendo uma conspiração tripartite, os EUA, o Japão e a República da Coreia defendem a ‘desnuclearização completa da Coreia’ e uma ‘resposta à ameaça cibernética’”.

O órgão lembrou que “o secretário-geral da Otan revelou sua tentativa de intensificar a intervenção da Otan na região da Ásia-Pacífico, questionando maliciosamente o desenvolvimento normal



Kim Jong Un, alerta para a postura agressiva da Otan

das relações entre Estados soberanos, incluindo a Coreia do Norte. Ao longo da cúpula, os aliados da Otan, liderados pelos EUA, persistiram em fomentar uma atmosfera conflituosa”.

“Este fato demonstra claramente que a Otan é uma máquina de guerra e um instrumento de confronto que opera contra a essência da preservação da paz e da segurança internacionais em escala global, incluindo as regiões da Europa e da Ásia-Pacífico, perseguindo interesses geopolíticos de natureza chauvinista”, denunciou.

O Ministério também expressou “profunda preocupação com as ações dos EUA e aliados, que desestabilizam ainda mais a situação internacional com seu programa de armamentos, promovendo difamações políticas infundadas e maliciosas contra

Estados soberanos e fortalecendo o bloco militar agressivo. O Ministério denuncia e rejeita categoricamente essas ações”.

E acrescentou que a “desnuclearização da RPDC” é um fato definitivamente irreversível, tanto teórica quanto praticamente. Tal insistência, desprovida de relevância contemporânea e de possibilidade real, não pode influenciar a posição do nosso Estado. A realidade de como as forças que negaram isso por décadas são confrontadas hoje é resposta suficiente a esse respeito”.

“O conceito de desnuclearização deve ser aplicado, em primeiro lugar, às intenções do Japão e da República da Coreia de adquirir armas nucleares, entrando em uma fase extremamente perigosa sob a proteção ativa dos EUA”.

Governo Trump barra US\$ 1 bilhão da Saúde para Califórnia e Minnesota

O governo Trump anunciou na terça-feira (21) o congelamento de mais de US\$ 1 bilhão em verbas para pagamento do Medicaid aos Estados da Califórnia e Minnesota, ambos comandados por governadores democratas, sob alegação de “prevenção de fraudes”.

O bloqueio foi anunciado pelo exótico secretário de Saúde dos EUA, Robert F. Kennedy Jr, por “suspeita de fraude e descumprimento” nos dois Estados governados por democratas. Estão bloqueados US\$ 867,5 milhões para a Califórnia e US\$ 200 milhões para Minnesota. Segundo ele, haveria pagamentos a pessoas mortas e para prestação de serviços a preços exorbitantes.

Medicaid é um programa do governo americano para assistência médica para pessoas de baixa renda nos EUA, dando cobertura médica gratuita ou de baixo custo, financiado em colaboração entre os governos federal e estaduais.

“O governo Trump está cortando mais dinheiro na área da saúde do que já processou por fraude. A matemática não bate”, afirmou o governador Tim Walz, que, aliás, foi o vice na chapa de Kamala Harris.

“Eles não estão punindo fraudadores, estão punindo crianças, idosos, famílias trabalhadoras e pessoas com deficiência. Trata-se de cortar a saúde para pessoas a quem não se importam em sua campanha de retaliação contra Minnesota”.

O governador reiterou, ainda, que Minnesota tem combatido fraudes no Medi-



Cortes de Bob Kennedy Jr., atingem os de baixa renda

caid, incluindo a suspensão de 745 pagamentos desde janeiro.

O governador da Califórnia, Gavin Newsom, disse no X que a Califórnia estava sendo alvo por motivos políticos. “Nós odiamos fraudes. Não é isso que é [esse bloqueio nos pagamentos]. E estamos prontos para colaborar com a CMS em esforços de boa-fé para combater fraudes”, escreveu ele.

Robert F. Kennedy Jr não apresentou, no entanto, auditorias ou qualquer outro documento que comprovem fraudes. Somente neste ano, o governo federal americano já reteve duas vezes os pagamentos para o Medicaid, totalizando quase US\$ 400 milhões.

A pressão redobrada do governo Trump contra os Estados americanos governados pelos democratas não acontece apenas nas verbas da saúde, com a “suspeita” de fraudes sendo estendida aos programas sociais em geral, que beneficiam os mais pobres. Além, claro, das ações anti-imigração mais espalhafatosas

terem sido perpetradas neles.

No início desse ano, Trump já havia anunciado a criação de uma força-tarefa para investigar abusos nesses programas sociais e apontou especificamente os estados da Califórnia, Colorado, Illinois, Maine, Minnesota e Nova Iorque. Conforme a Casa Branca, o financiamento não foi cortado permanentemente, mas adiado até que os estados forneçam “provas” e “esclarecimentos” sobre as “acusações”.

Curiosamente, o governo “antifraude” de Trump tem se notabilizado por ser um governo “pay to play” – paga para jogar -, além de ter um presidente recordista em lucro durante o mandato (US\$ 2,2 bilhões), boa parte disso em jogadas com criptomonedas, e que envia para “negociações” no exterior um sócio (Steve Witkoff) e o genro (Kushner), enquanto o filho Donald Jr virou o mestre de cerimônias da bolsa de apostas Polymarket, turbinada pelas declarações diárias do atual inquilino da Casa Branca.

Situação dificultaria a proteção das forças e aliados dos EUA na região, disse general Dan Caine

O ditador dos Estados Unidos, Donald Trump, desistiu, no final de semana, de continuar bombardeando o Irã e ordenou uma interrupção dos ataques. A versão dada ao público para a suspensão dos bombardeios foi a de que a Casa Branca voltaria a apostar nas negociações diplomáticas.

ENGODO

Puro engodo. Os motivos foram outros, e nada favoráveis aos EUA. Um deles é que o presidente do Estado-Maior Conjunto, general Dan Caine, alertou o secretário de Defesa Pete Hegseth e Trump para a escassez de interceptadores de defesa aérea. O general destacou que isso poderia dificultar a proteção das forças e aliados dos EUA na região.

TRUMP MANDA PARAR

O alerta de Caine foi noticiado pela primeira vez pelo New York Times. Um porta-voz do presidente do Estado-Maior Conjunto recusou-se a comentar “sobre conselhos militares confidenciais que o Presidente fornece ao Presidente”. Foi a primeira vez em duas semanas que Trump ordenou que os militares segurassem fogo e não realizassem ataques contra alvos iranianos ao redor da costa sul do Irã e na região do Estreito de Ormuz.

Também o principal comandante militar dos EUA no Oriente Médio, almirante Brad Cooper, recomendou interromper a campanha de bombardeios ao redor do Estreito de Ormuz porque, segundo ele, ela atingiu o limite de sua eficácia. Segundo matéria do site de notícias Axios, a recomendação de Cooper, junto com outros assessores, impactou a decisão do presidente Trump na sexta-feira (24) de suspender os ataques

americanos contra o Irã.

Foi um reconhecimento, tanto por conselheiros militares quanto civis do presidente, de que existem limites para o que pode ser realizado por meio de ações militares, e especificamente de uma campanha de poder aéreo. A decisão veio após uma reunião com conselheiros de alto escalão e oficiais militares, que lhe apresentaram um novo plano de ataque para o dia. Nos dias anteriores à reunião, Trump estava inclinado a voltar às grandes operações de combate, mas sua mentalidade começou a mudar na noite de quinta-feira, disseram fontes.

CENTCOM

O comandante do CENTCOM disse que um possível próximo passo seria retomar as operações de combate maiores para eliminar os 20% dos alvos que as forças armadas dos EUA designaram, mas não atingiram, durante a Operação Fúria Épica. Na ausência de uma decisão de retornar às grandes operações de combate, ele enfatizou que não havia sentido continuar a campanha de bombardeios das duas semanas anteriores, disseram as fontes de Axios.

VERSÃO DOS EUA

A versão de que os EUA estavam parando os bombardeios para negociar foram divulgadas pelo embaixador dos EUA na ONU, Mike Waltz. Ele mentiu para esconder o fracasso e disse ao programa “Meet the Press” da NBC no domingo que, enquanto Trump está “mantendo todas as opções na mesa”, o presidente também está “dando algum espaço para as conversas [com o Irã].” Waltz disse que as negociações entre os EUA e o Irã “estão em andamento em todos os níveis.” O governo iraniano nega que esteja havendo negociações entre os dois países.

Protestos na Índia derrubam o ministro da Educação

O governo indiano e dirigentes do Partido Popular das “Baratas” (Cockroach Janta Party – CJP) chegaram a um acordo para pôr fim aos protestos que mobilizam o país, após a renúncia do ministro da Educação, Dharmendra Pradhan.

Conforme os líderes do CJP, o governo do primeiro-ministro Narendra Modi aceitou suas principais reivindicações após mais de um mês de manifestações causadas pelo vazamento das provas de admissão para faculdades de medicina e cargos públicos.

O porta-voz nacional do CJP, Ashutosh Ranka, afirmou que o governo aceitou a renúncia de Pradhan e concordou em retirar todas as queixas policiais e processos judiciais contra manifestantes e organizadores. Além disso, se comprometeu a indenizar com 10 milhões de rupias (mais de 103 mil dólares) as famílias daqueles que perderam a vida nos tumultos acarretados pelos vazamentos dos exames.

Abhijeet Dipke, fundador do CJP, comemorou a retirada do ministro, mas lembrou que ainda há muito a ser feito. “Isso é democracia. Ele renunciou. Temos mais duas exigências. Não vamos parar por aqui”, frisou.

Ao longo dos protestos o governo chegou a restringir o comércio central, suspender a internet móvel e abusar da força policial, com cassetetes e spray de pimenta, mas os jovens mantiveram as convocações nacionais e ampliaram apoios junto à comunidade, que se solidarizou com suas bandeiras.

REFORMAS

Nas três rodadas de negociações com a delegação do governo, os jovens apresentaram um documento com cinco

pontos exigindo reformas mais amplas nos sistemas de educação e de testes de ingresso.

Em relação a estes pontos, o presidente do Partido do Povo Indiano, J.P. Nadda, assinalou que o governo analisaria as propostas do CJP sobre a reforma educacional e seguiria diálogo com o movimento.

O ministro da Educação anunciou sua renúncia marcando uma vitória expressiva dos estudantes, após uma série de manifestações, ocupações e greves de fome pelo país.

“Diante disso, o CJP anunciou que estamos encerrando as ações de protesto de boa-fé e com o entendimento de que os termos acordados serão cumpridos dentro do prazo estabelecido”, afirmaram os dirigentes juvenis.

A crise iniciou em maio, quando questões do exame nacional de admissão universitária – incluindo o para cursos de medicina, realizado por mais de dois milhões de candidatos – foram vazadas. O exame foi anulado e reaplicado em junho, desencadeando protestos em massa e denúncias de corrupção no sistema educacional. Colocando mais lenha na fogueira, o presidente do Supremo Tribunal da Índia, Surya Kant, comparou os jovens desempregados a “baratas e parasitas”. A provocação fez com que o movimento ganhasse um nome e expandisse sua força.

A semana encerrou com uma série de confrontações, com muitos jovens lesionados e mutilados na capital, Nova Delhi, e em inúmeras regiões do país, deixando também policiais feridos, forçando o governo a retroceder.

Argentinos condenam cortes de Milei na Previdência e arrocho nas aposentadorias

Na mesma quarta-feira (22) em que o governador Tarcísio de Freitas anunciou que concederia a Javier Milei a mais alta honraria do estado paulista, milhares de argentinos voltaram a marchar em frente ao Congresso Nacional, em Buenos Aires, para execrar o fantoche de Trump, rechaçar os sucessivos cortes na Previdência Social, o brutal arrocho nas aposentadorias e a selvagem repressão contra aposentados e pensionistas – que consumiu, oficialmente, pelo menos dois bilhões de pesos (R\$ 6,8 milhões) em 2025.

Ao todo foram 43 “operações” policia-lescas em que sobram gás lacrimogêneo, spray pimenta, cacetadas e jatos de água de caminhões-bomba contra senhores e senhoras de mais de 80 anos, onde ficaram feridas, com diferentes graus de intensidade, mais de 500 pessoas. “Para a repressão não há motosserra”, sintetizou Victoria Darraidou, coordenadora da equipe de Segurança Democrática e Violência Institucional do Centro de Estudos Jurídicos e Sociais (CELS).

Cobrando justiça para os idosos e em repúdio à política de submissão da Casa Rosada ao Fundo Monetário Internacional (FMI), centrais sindicais, movimentos sociais e partidos se somaram às tradicionais marchas de quarta-feira exigindo o retorno à distribuição de medicamentos gratuitos e condenando o sucateamento do Instituto Nacional de Serviços Sociais para Aposentados e Pensionistas (Pami) – maior agência de seguro-saúde público da Argentina.

Ao mesmo tempo, erguendo faixas com imagens de Perón e Evita e reiterando que “a Seguridade social é um direito, não um privilégio”, os manifestantes disseram um rotundo não à reforma trabalhista e ao Fundo de Assistência Laboral (FAL), armado por Milei para desviar recursos do sistema previdenciário. O FAL, esclareceram, gera contínuos cortes orçamentários e diminui a sustentabilidade das aposentadorias, atentando contra os direitos de quem dedicou toda uma vida à construção de um país mais justo.

“Não abandonar as ruas, mesmo que uma vez por semana, vai gerando a consciência necessária para que a reivindicação não seja somente dos aposentados e pensionistas, mas que envolva toda a classe trabalhadora, como ocorreu na última quarta-feira”, defendeu Olivia Ruiz, secretária de Previdência Social da Central de Trabalhadores da Argentina Autônoma (CTA). A dirigente recordou que com Milei, “o bônus extraordinário da Administração Nacional da Previdência Social (Anses), não é reajustado desde 2024, a cobertura integral de medicamentos foi suspensa, os agendamentos médicos para todos os tipos de atendimento foram adiados e acabou a possibilidade de pagar os anos que faltam para se aposentar ao atingir a idade de aposentadoria, já que a lei de moratória, que expirou em março de 2025, não foi prorrogada”.

No governo anterior, o valor do bônus chegou a representar metade do salário mínimo. Hoje, no máximo, dá para comprar dois botijões de gás, mas o governo está anunciando o seu fim com a decisão judicial da liminar. Para completar, condenou Olivia, foi aprovada uma lei de reforma trabalhista que utiliza recursos da Anses para pagar demissões e indenizações. Ao mesmo tempo em que precisamos ampliar a pressão sobre o Congresso, frisou, “precisamos reverter esta situação negando o voto a este governo genocida e construir a possibilidade de ter um governo progressista, com um projeto de distribuição, solidário e público, que garanta os direitos constitucionais aviltados”.

LEONARDO WEXELL SEVERO

Íntegra da matéria no site do HP

Foto divulgação



Modelo chinês de Inteligência Artificial caiu no gosto dos americanos

Canadá “está unido contra tarifaço” de Trump, diz primeiro-ministro Mark Carney

Em reação ao anúncio pelo governo Trump de uma tarifa adicional de 50% sobre as exportações canadenses, o primeiro-ministro Mark Carney acusou os EUA de violarem o acordo comercial com Canadá e México, o USMCA, e afirmou que o país permanece “unido de costa a costa” contra a extorsiva sobretaxa.

Na terça-feira, Trump decretou o novo tarifaço, para entrar em vigor em 19 de agosto, sob o pretexto de que o Canadá discrimina seus veículos, laticínios e bebidas alcoólicas. Na semana passada, Trump havia instaurado sobretaxa de 25% sobre as exportações brasileiras.

“Ontem, os EUA anunciaram sua intenção de implementar, dentro de 30 dias, a mais recente de uma série de medidas comerciais contra o Canadá que violam nosso acordo, o USMCA, com os EUA e o México”, afirmou Carney.

“Os canadenses de costa a costa se uniram. O governo federal, os governos provinciais, os sindicatos, as empresas e os próprios canadenses se uniram, concentrando-se no que podemos controlar e fortalecendo-nos aqui em nosso país. Nós nos apoiamos mutuamente, compramos produtos canadenses e diversificamos nossas parcerias”, enfatizou.

“Se essas tarifas forem adiante, o Canadá deve responder tarifa por tarifa, dólar por

AFP



“Nós nos apoiamos mutuamente, compramos produtos do país e diversificamos nossas parcerias”, enfatiza Carney

dólar”, manifestou-se também o primeiro-ministro da província canadense de Ontário, Doug Ford.

O premiê Carney reiterou o compromisso dos canadenses com sua soberania – uma alusão às provocações sobre o “51º estado” – e revelou ter discutido com Trump por telefone para entabular negociações.

“Esta disputa comercial aumentou os custos para as famílias, particularmente nos EUA”, disse o premiê em uma postagem na rede social X. “O Canadá está pronto para se empenhar intensamente para resolver as questões pendentes com os EUA, em benefício mútuo de nossos cidadãos.”

Diante das pressões do go-

verno Trump quanto ao futuro do acordo USMCA, Carney ressaltou que nos últimos 18 meses seu governo elaborou uma série de propostas para resolver essa disputa tarifária com os americanos e modernizar o acordo tripartite. “Estamos prontos para intensificar essas discussões nas próximas semanas”, disse o primeiro-ministro canadense e acrescentou que “o Canadá acredita nos benefícios do comércio livre e justo”.

“Em quaisquer circunstâncias, o Canadá trabalhará incansavelmente e tomará todas as medidas necessárias para fortalecer nossa posição em nível nacional e apoiar os trabalhadores, agricultores, empresas e famílias canadenses”, disse Carney.

Leia mais no site do HP

“Regime de Kiev ressuscita abertamente a ideologia nazista”, denuncia Putin

O presidente russo Vladimir Putin afirmou que o regime de Kiev está “ressuscitando a ideologia nazista abertamente, ao nomear o que consideram unidades distintas das forças armadas em homenagem à UPA [organização colaboracionista sob a invasão hitlerista] e estão realizando novamente cerimônias de enterro para criminosos nazistas” – referindo-se, no caso, ao novo sepultamento do nazista Andrei Melnik com honras de Estado em maio.

Em um encontro com militares da Marinha, no 330º aniversário de criação da força no domingo (26), o presidente russo lembrou que “depois da Grande Guerra Patriótica, alguns daqueles que lutaram ao lado da Alemanha Nazista se safaram no exterior. E os chamados centros antirrusos, e depois antissoviéticos, exploraram muito ativamente aqueles que lutaram ao lado dos nazistas, e depois seus supostos sucessores, seus descendentes.”

Putin apontou que eles alegam fazê-lo “no interesse da Ucrânia e do povo ucraniano”, mas a essência disso é a ideologia nazista. “Já ouvi muitas vezes que a Ucrânia está em busca de sua identidade. Mas surge a pergunta: por que essa identidade deveria ser encontrada com base no nazismo e no neonazismo?”, questionou.

“E quando o regime atual começou a se apoiar especificamente nessa parte da sociedade e nessa ideologia, ela automaticamente migrou para as mentes daqueles que

Foto: Kremlin



Presidente Putin discursa no Dia da Marinha

lutam, automaticamente. Em outras palavras, este é um regime fundado na ideologia do neonazismo e do nacionalismo extremo. E com base nesse nacionalismo extremo e neonazismo que a ideologia atual do regime de Kiev é construída.”

Putin reiterou que “não iniciamos nenhuma guerra; apenas começamos a responder a essas ações militares, a esta guerra, que foi desencadeada pelo atual regime de Kiev, com o apoio do Ocidente, contra o então sudeste da Ucrânia, que sempre esteve orientado precisamente para a Rússia”.

Ele lembrou um relatório que recebeu sobre os atos cometidos contra a população do sudeste ucraniano. “Uma coluna de tanques entra em uma área povoada em Donbas, e duas tripulações de tan-

ques ucranianos estão conversando entre si, e ocorre uma interceptação [pela escuta russa]. Um homem de traje de treino saiu de um prédio residencial, simplesmente saiu. Um dos tripulantes do tanque imediatamente o abateu com uma metralhadora, atirou nele e o matou. O segundo perguntou: o que você está fazendo? Por que fez isso? E o primeiro, que matou o homem, respondeu: são todos criminosos aqui, bandidos, pró-Moscou, pró-Rússia – sem piedade. O homem não fez nada, apenas saiu de casa para ver o que estava acontecendo, nada. De traje de treino. Mataram-no e seguiram em frente. Esta é a base do nacionalismo extremo, que está na raiz do neonazismo. Este é o berço do regime atual. Estamos lutando contra isso.”

Chanceler Araghchi: “Irã provou que não se submeterá à arrogância americana”

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi, reiterou que Teerã “não teme ameaças” e seguiu defendendo “o povo iraniano e seus interesses no Estreito de Ormuz”. O Irã – acrescentou – “provou que não se submeterá à arrogância americana”.

“Não tememos ameaças, não sucumbimos à pressão, e não toleraremos a linguagem das ameaças. Temos uma política de princípios e estamos avançando com ela”, disse Araghchi a jornalistas à margem da reunião de ministros das Relações Exteriores da Organização de Cooperação de Xangai (OCX), no Quirguistão, nesta sexta-feira (24).

“A proteção do povo iraniano e a defesa dos interesses do Irã no Estreito de Ormuz fazem parte dos nossos princípios, e nós os perseguimos”, enfatizou.

O Irã – continuou – não se submeterá à intimidação dos EUA e responderá à linguagem da força, da pressão e das ameaças, com as forças armadas e os diplomatas de seu país continuando a cumprir suas missões. “Enquanto os

objetivos e as demandas legítimas do povo iraniano não forem alcançados, é natural que continuemos nossas ações”.

A OCX é integrada pela Rússia, China, Índia, Paquistão, Irã e as repúblicas ex-soviéticas da Ásia Central. Araghchi se reuniu em Cholpon-Ata com seus homólogos Wang Yi (China) e Sergey Lavrov (Rússia).

Araghchi também respondeu à mais recente ameaça de Trump contra o Irã, a de que irá confiscar ativos iranianos congelados em bancos, sob sanções dos EUA, para “indenizar” danos causados a navios e cargas comerciais em Ormuz ou no Golfo Pérsico.

“Confiscar os bens de outra nação para pagar indenizações futuras não relacionadas cria um precedente perigoso”, afirmou o ministro em uma mensagem publicada na rede social X, sobre a pirataria anunciada.

Leia mais no site

A acessibilidade do sistema de código aberto chinês Kimi K3 registrou um aumento de 387% em downloads norte-americanos. A Casa Branca e o duopólio OpenAI e Anthropic estão apavorados

Acontecimentos recentes na órbita da disputa do domínio da Inteligência Artificial têm apontado no sentido de um crescimento acelerado da influência das empresas chinesas de IA em todo o mundo, inclusive nos Estados Unidos, país que outrora possuía a primazia da alta tecnologia do setor.

DEEPSEEK COMEÇOU

Tudo começou a mudar quando, no início do ano passado, a startup chinesa DeepSeek abalou a indústria de tecnologia norte-americana com um sistema que teve um desempenho semelhante ao dos EUA, mas muito mais barato. As “gigantes” do Vale do Silício, que investiram bilhões em seus sistemas, sentiram o golpe.

Segundo empresas especializadas na análise de mercado em Inteligência Artificial, modelos chineses de IA alcançaram quase a paridade com os modelos de fronteira dos EUA em domínios críticos, como codificação e pesquisa. Eles oferecem, através de seus modelos de código aberto, uma fração dos custos cobrados por milhão de tokens, que são unidades digitais de valor, de acesso ou de segurança.

A acessibilidade de código aberto e seus preços competitivos estão impulsionando sua adoção nos EUA, como evidenciado pelo Kimi K3, que registrou um aumento de 387% em downloads norte-americanos.

RESTRITÕES AMERICANAS

Observa-se que as restrições à exportação de certos modelos norte-americanos de IA abriram caminho para os concorrentes chineses, e qualquer restrição à IA dos EUA cria imediatamente uma oportunidade para que as alternativas chinesas preencham a lacuna.

O jornal chinês South China Morning Post escreveu que a China está montando superclusters de computação que integram mais de dez mil chips aceleradores de IA, capazes de dinamizar ainda mais o desenvolvimento tecnológico e reduzir significativamente o tempo de treinamento de modelos. A popularidade da IA chinesa entre os cidadãos estadunidenses frustrou alguns gigantes da tecnologia dos EUA que trabalhavam para garantir o monopólio tecnológico do setor.

CÓDIGO ABERTO

O Vale do Silício debateu por anos se a IA deveria seguir uma abordagem de código aberto ou de código fechado. À medida que os grandes modelos de código aberto (open-source) da China aceleram sua recuperação, esse debate se intensificou em todos os aspectos esta semana e dividiu as opiniões dentro dos EUA.

O avanço da IA chinesa criou uma divisão das empresas americanas quando o assunto é como enfrentar o problema. Segundo o The New York Times deste sábado (25), há dois grupos em conflito aberto. Um formado pelas empresas OpenAI e Anthropic, que trabalham junto à Casa Branca para proibir empresas chinesas de IA. E o outro grupo é formado pelas gigantes da tecnologia como Microsoft e Nvidia. Eles defendem a continuidade dos modelos de IA abertos, permitindo que desenvolvedores melhorem a tecnologia e criem produtos baseados em resultados existentes.

O duopólio (OpenAI e Anthropic) argumenta que alguns modelos avançados são arriscados demais e inadequados para lançamento público e deveriam ser rigorosamente controlados. Os dois lados começaram recentemente a se enfrentar abertamente.

No dia 20 de julho, em Xangai, na Conferência Mundial de Inteligência Artificial de 2026, o modelo grande de IA Kimi K3 desenvolvido pela Moon Dark Side Company fez sua estreia na Visual China. No dia 24, horário local, o dono da Nvidia, Jensen Huang, postou pela primeira vez na plataforma social X, afirmando que o mundo precisa tanto de modelos fechados de ponta quanto de modelos de código aberto de ponta.

DIVISÃO NOS EUA

Nove minutos depois, o executivo da Microsoft, Satya Nadella, também afirmou que software de código aberto é crucial para um ecossistema de IA saudável. Os dois também se manifestaram conjuntamente por uma carta aberta da indústria apoiando modelos abertos. A carta aberta recebeu apoio de empresas e instituições como Nvidia, Microsoft, Meta, Palantier, IBM e Hugging Face.

Enquanto isso, OpenAI e Anthropic seguem pressionando o governo dos EUA a endurecer as restrições aos modelos de código aberto chineses. As duas empresas já expressaram preocupações aos reguladores em Washington sobre os modelos de IA de código aberto da China. O secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, e o assessor de tecnologia do governo Trump, Michael Clazios, também participaram da discussão. Esse debate acalorado está diretamente relacionado ao recente rápido progresso dos grandes modelos de código aberto da China.

Nas últimas semanas, as empresas chinesas de IA Zhipu e Moon Dark Side lançaram sucessivamente novos modelos, alguns dos quais já podem competir com produtos de empresas americanas como a Anthropic. A OpenAI e Anthropic alegam que empresas chinesas obtêm seus resultados de modelos por meio de “destilação” e outros métodos, e depois usam esses dados para treinar seus próprios modelos, argumentando que essa prática “infringe” os direitos de propriedade intelectual das empresas americanas.

Destilação é uma técnica de aprendizado de máquina onde um modelo menor e mais rápido, o “aluno”, é treinado para imitar as respostas e o comportamento de um modelo maior e mais complexo, o “professor”.

No entanto, empresas como Microsoft e NVIDIA não apoiam uma restrição abrangente a modelos de código aberto. A Microsoft espera impulsionar a computação em nuvem com modelos de código aberto, enquanto a Nvidia espera aproveitar seu ecossistema de código aberto para expandir o mercado de chips de IA. Eles acreditam que o código aberto não só facilita a troca técnica, mas também permite que mais pesquisadores participem das verificações de segurança dos modelos.

DUOPÓLIO EM CHEQUE

Muitas startups do Vale do Silício também temem que restringir o open source só consolide ainda mais as vantagens da OpenAI e da Anthropic e eleve as barreiras para que outras empresas entrem no mercado de IA. Esse debate rapidamente se transformou na competição entre IA da China e dos EUA.

A disputa está se acirrando e tende a esquentar ainda mais nos próximos dias. O New York Times informou que, embora a China tenha começado tarde em inteligência artificial de ponta, está rapidamente alcançando o atraso pelo caminho do código aberto. O peso dos modelos abertos das empresas chinesas não só ajuda a acelerar a interação dos produtos, mas também atrai clientes globais com preços mais baixos.

O resgate do nosso Estado Nacional

[O texto abaixo foi preparado como base para a aula do autor na mesa “Reformas para reconstruir, democratizar e fortalecer o Estado Nacional”, proferida no Seminário de Estudos Avançados da Escola Nacional de Formação João Amazonas (ENJA), no último dia 12. Publicado no site da Fundação Maurício Grabois com o título A recuperação do Estado Nacional no Brasil.]

CARLOS LOPES

Existe alguma possibilidade de um país se desenvolver – se industrializar e tirar seu povo da miséria material e cultural – sem um Estado Nacional?

Até hoje, a história – sobretudo em seu período mais recente, desde a “Paz de Vestfália”, de 1648, que deu fim à Guerra dos Trinta Anos – desconhece tal possibilidade.

Mesmo porque, um Estado Nacional é aquele que corresponde à Nação do qual faz parte – e às aspirações do povo, em especial da classe operária dessa Nação – e é expressão político-jurídica desta Nação, isto é, das classes nacionais que a conformam.

Um país sem Estado Nacional é uma colônia ou semi-colônia, no máximo um país dependente, como é o nosso caso.

Existe quem diga – com bastante razão – que o Estado Nacional é uma construção e uma conquista da burguesia. Mas isso não quer dizer que ele corresponda, sempre e em todas as circunstâncias, **apenas** aos interesses tacanhos e estritamente burgueses. Ou que o Estado Nacional, superado o modo de produção capitalista (ou seja, o domínio econômico e político da burguesia), deixe de existir. A própria história da URSS, país socialista, sua defesa nacional e patriótica contra o nazismo, demonstram o contrário.

Noutro vetor temporal, percorrendo a história em direção ao passado, não é verdade que o Estado Nacional tenha sempre existido, como parece ser a crença da maioria das pessoas. Neste sentido, mesmo sem recorrer ao profundo estudo de Engels (**A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**, de 1884), é possível um breve resumo.

O Estado Nacional surgiu com a desagregação do feudalismo. Mas essa foi uma realidade que diz respeito, sobretudo, à Europa Ocidental. Nem mesmo é verdade em relação à Europa Oriental, onde predominaram Estados multinacionais como a Rússia e a Áustria-Hungria.

No caso do Estado brasileiro, podemos dizer que ele, tal como construído pela Independência, foi um produto da desagregação do antigo sistema colonial, aquele que tinha Portugal e Espanha como metrópoles.

Mas o Estado que daí surgiu era um Estado monárquico, ao contrário dos Estados que foram construídos pelas revoluções de libertação na anterior América espanhola.

Por que o Estado brasileiro que surgiu em 1822 era um Estado monárquico?

Porque a classe dominante, no Brasil, era, então, a classe dos senhores de terra e de escravos. O Estado monárquico tinha a função de manter o poder dessas classes sobre o país, especialmente sobre os escravos – ou, falando de outra maneira, era a expressão superestrutural dessa classe, que dominava a base econômica.



Além de monárquico e escravagista, ou por isso mesmo, era um Estado submisso aos bancos ingleses, principalmente através de empréstimos. Apesar de alguns vagidos de inconformismo com essa submissão (por exemplo, a Questão Christie, de 1862 a 1865), esse Estado escravagista era, fundamentalmente, um criado (menos que um cliente) do Estado colonialista da Inglaterra.

É visível, para não me estender muito, que, na medida em que as relações capitalistas – antes de tudo, industriais – se espalhavam em nossa economia, na segunda metade do século XIX, o Estado monárquico e escravagista perdia, escandalosamente, a sua autoridade. E um Estado sem autoridade, deixa de ser um Estado para ser, como escreveu Nelson Werneck Sodré, um tram-bolho, ao qual só cumpre à Nação livrar-se dele. Aliás, mesmo antes disso, “*o Império era, na realidade, a estagnação consagrada como política*” (v. Nelson Werneck Sodré, **A República (uma revisão histórica)**, Editora da Universidade, UFRGS, Porto Alegre, 1989, p. 28).

Na última década do Império, principalmente após a Revolta do Vintém (1880), ninguém mais obedecia ao Estado imperial – nem ao seu governo, apesar das bisonhas tentativas, tanto executivas quanto parlamentares, de manter o *status quo*. O próprio imperador era chamado “Pedro Banana” pela população. Ninguém obedecia: nem os empresários, nem os latifundiários, nem a pequena-burguesia (intelectual ou comercial), nem os militares, nem os religiosos – por fim, nem mesmo os escravos obedeciam ao Estado.

A República foi uma tentativa de fundar, pela primeira vez, um Estado verdadeiramente nacional no Brasil. Os dois primeiros mandatos presidenciais – os dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto – tiveram políticas industrializantes (o primeiro, durante o período de Rui Barbosa como ministro da Fazenda) nesta direção (v. Carlos Lopes, HP 07/03/2024, **A política econômica de Rui Barbosa**; HP 04/04/2024, **Floriano, a defesa da democracia e da independência econômica**; e, também, Carlos Lopes, **A República e o Grito da Nacionalidade**).

Porém, predominou, a partir de Prudente de Moraes, e, principalmente, a partir de Campos Sales, o domínio da oligarquia cafeeira paulista – e, com ele, um período de mais de 30 anos de submissão econômica à Inglaterra, atraso agrário-exportador e política oligárquica de fraude eleitoral.



A Revolução de 30 inaugurou nosso primeiro projeto nacional – e, portanto, forjou, pela primeira vez, o Estado Nacional brasileiro em sua plenitude.

Não vou entrar, aqui, nas contingências internacionais – a começar pela crise econômica do capitalismo internacional, que eclodiu em 1929 – que facilitaram esse florescimento.

O que importa é que o país – as classes que compõem a nossa sociedade e são a base da nossa economia – tomou em suas mãos o desenvolvimento nacional.

Hoje, é muito comum a referência a esse período, que vai de 1930 até 1964 (e, segundo outros, mais propensos ao otimismo, até 1980), como nacional-desenvolvimentismo. Mas, o que é o “nacional-desenvolvimentismo”, senão o desenvolvimento nacional?

Qual foi o seu centro, senão a industrialização do país?

Nós éramos um país agrário – um país que produzia, antes de tudo, café, secundariamente cacau, açúcar e outras especialidades. Nas palavras do presidente Getúlio Vargas, a essência do projeto nacional estava em que “**O Brasil deve deixar de ser um país exportador de produtos de sobremesa**”.

Como deixar de ser “um país exportador de produtos de sobremesa” e se tornar um país industrial? Naturalmente, aproveitando os recursos advindos da exportação do café, e de outros produtos, para aplicá-los na industrialização. Nisto consistiu a essência do chamado “confisco cambial”, instituído pelo governo Vargas (v. Pedro Cezar Dutra Fonseca, **Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930**, Rev. Econ. Polit. 23 (1) • Jan-Mar 2003).

Existem os que chamam a industrialização desta época de “industrialização restringida”, reservando o termo “industrialização pesada” para aquela do governo JK, ou seja, para aquela ocorrida sob a égide das multinacionais.

Em nossa opinião, é um erro. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi construída durante o primeiro governo Vargas, assim como a Petrobrás foi fundada no segundo governo Vargas. Isso seria uma “industrialização restringida”? E como chamar a Vale do Rio Doce, a Companhia Nacional de Alcalis, a Fábrica Nacional de Motores e o lançamento dos fundamentos da Eletrobrás – ainda que esta última somente tenha sido efetivamente fundada no

governo João Goulart?

Estas empresas estatais constituíram o núcleo do projeto implementado pelo Estado Nacional. Em nada elas se chocavam com a iniciativa privada nacional. Pelo contrário, elas serviam de suporte ao capital privado nacional. Se houve algum choque, foi com os monopólios privados estrangeiros, os monopólios imperialistas – aqueles mesmos que o golpe de 1964, e a ditadura subsequente, favoreceria.

Os acontecimentos políticos dessa época – entre os mais notáveis: a tentativa de contrarrevolução em 1932; o Estado Novo, de 1937; a deposição de Getúlio, em 1945; a eleição, outra vez, de Getúlio, em 1950; o martírio de Getúlio, em 1954; as sublevações contra Juscelino; a renúncia de Jânio; a deposição de Jango – têm como fundamento a luta do povo brasileiro para consolidar o Estado Nacional, contra uma acirrada oposição, rígida de fora, com seus sequazes internos.

Assim, 1964 marca o fim do nacional-desenvolvimentismo, isto é, do período de mais acelerado desenvolvimento nacional que já tivemos em nossa história. É verdade que, devido ao fracasso do modelo entreguista, a própria ditadura, assolada pela crise, teve, ainda que por um breve momento, de retornar ao projeto nacional durante o governo Geisel.

Mas foi por pouco tempo – e a crise levou de roldão a ditadura, depois de 21 anos de opressão.

No entanto, a ditadura deixou, entre as suas marcas, uma que é histórica, trágica, fundamental e estratégica: o Estado Nacional, construído laboriosamente à custa do sacrifício do povo, foi substituído por um Estado subordinado à matriz imperialista. Pior ainda, não conseguimos, após os acontecimentos no Leste Europeu, recuperar o Estado Nacional, tal como planejáramos com a Constituição de 1988.

Daí o domínio do neoliberalismo e de seu Consenso de Washington, a partir do fim do governo Sarney, e, principalmente, dos governos Collor e Fernando Henrique.

Esta receita (“*austeridade fiscal*”; *corte de subsídios públicos*; *reforma tributária*; *taxas de juros ditadas pelo “mercado”*; *taxas de câmbio idem*; “*livre comércio*”; *arrombamento do país ao capital estrangeiro*; *privatização das estatais*; *desregulamentação*; *segurança jurídica para a propriedade privada*) levou à bancarrota os países da periferia do imperialismo, como o Brasil – e mesmo países centrais,

como a Inglaterra.

Hoje, não temos, no Brasil, um Estado Nacional. Temos um Estado rentista, cuja principal função é transferir dinheiro público, sob a forma de juros, ao sistema financeiro, ou seja, aos bancos, aos rentistas, sobretudo aos externos. Fala-se muito na “Faria Lima”, onde se localizam as sedes da especulação em São Paulo, mas esta é apenas uma intermediária de Wall Street.

Evidentemente, qualquer espécie de desenvolvimento é impossível com esse Estado, até porque sua atividade é fundamentalmente estéril. Não se produz, ou a produção é medíocre, quando a principal atividade do Estado é a de satisfazer os apetites dos rentistas, sobretudo os estrangeiros. Daí, a desindustrialização do país.

Este é um dos lados – e o central – da questão. Outro é o escancaramento do país para os monopólios imperialistas, tanto através das importações, quanto através do domínio direto (isto é, interno) da própria economia.

Aqui, uma observação: podemos ler, em muitas obras, algumas lamentações de como a burguesia nacional é fraca – e, daí, como é inútil esperar dela qualquer projeto nacional, qualquer projeto ou plano que contenha um mínimo de independência, e, consequentemente, progresso e desenvolvimento.

É verdade. Mas desde quando a burguesia brasileira em 1930 era forte, pujante ou independente?

O Estado é expressão das classes sociais e o Estado Nacional é expressão das classes que compõem a Nação. Mas o próprio Estado Nacional reforça, forma, as classes nacionais. Não foi assim que a ação do Estado Nacional reforçou – e, mesmo, em grande parte, formou – a classe operária brasileira, a burguesia nacional e a pequena-burguesia?

O que seria, tanto da classe operária quanto da burguesia nacional, se não fossem as estatais, os organismos de planejamento instituídos durante o Estado Novo, e a iniciativa privada que foi atraída e orbitou em torno da política governamental de Getúlio Vargas?

Por isso, nossa principal tarefa no momento é recuperar o Estado Nacional. Isto implica, em primeiro lugar, na democratização do país e do Estado. Não existe Estado Nacional com leis eleitorais elitistas e corruptas, confeccionadas em privilégio de reacionários, com emendas parlamentares que recheiam de dinheiro os apaniguados de sempre.

"Proclamação da República" (óleo sobre tela de Benedito Calixto, 1893)

Mas é evidente que são necessárias reformas econômicas. Recentemente, um prócer do partido do governo escreveu: “... nenhuma política industrial ganhará fôlego enquanto a política econômica estiver prisioneira do rentismo. Juros estratosféricos drenam recursos públicos, encarecem o crédito e oferecem ao capital financeiro remuneração incompatível com qualquer projeto nacional. A indústria não floresce em uma economia organizada para satisfazer os rentistas” (José Dirceu, *É preciso reindustrializar o Brasil para disputar o futuro*, FSP – 09/07/2026).

De pleno acordo. Esta é a principal reforma de que estamos necessitados para recuperar o nosso Estado Nacional: a economia – e, evidentemente, o Estado – não pode continuar submetida ao rentismo. Sobre tudo, considerando que somos um dos maiores e mais ricos países do mundo.

Porém, essa mudança é de tal magnitude, considerando o Brasil de hoje e sua situação internacional, que nos faz lembrar um dos textos de Rosa Luxemburg contra o revisionismo: “... o esforço pelas reformas não contém força motriz própria, independente da revolução; prossegue em cada período histórico, somente na direção que lhe foi dada pelo impulso da última revolução, e enquanto esse impulso se faz sentir, ou, mais concretamente falando, somente nos quadros da forma social criada pela última revolução” (Rosa Luxemburg, *A conquista do poder político, in Reforma, Revisionismo e Oportunismo*, Laemmert, Rio, 1970, p. 63).

Com efeito, foi assim em 1930 e nos anos que se seguiram a essa revolução. É verdade que, hoje, com a decadência muito maior – em que pese, no passado, a crise de 1929 – do imperialismo norte-americano, é possível conceber uma facilidade mais presente para as mudanças e reformas estruturais necessárias ao país.

Mas isso não quer dizer que a revolução – sobretudo, aqui, como determinante do caráter das reformas – tenha se tornado dispensável. O que possivelmente mudou foi a forma da revolução, que, hoje, não necessariamente tem a forma violenta da Grande Revolução Francesa, ou da Revolução de 1848, ou da Comuna de Paris, ou da Revolução de 1917 – ou da própria Revolução de 30.